



Exmo. Senhor

Chefe do Gabinete de S. Exa. A

Presidente da Assembleia Legislativa da Região

Autónoma dos Açores

Ref.º 252/CGAB/MPAP/2014

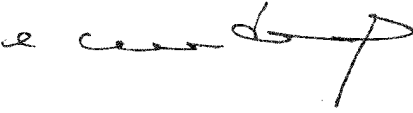
Data: 21.fevereiro.2014

Encarrega-me o Senhor Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares de junto remeter para a audição prevista no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição e no n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o seguinte projeto de diploma:

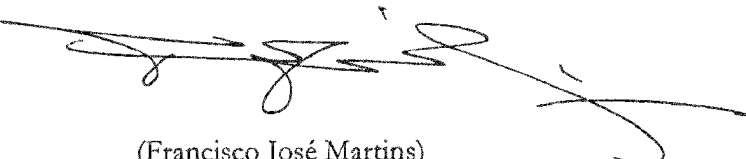
Projeto de decreto-lei que aprova o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, transpondo a Diretiva n.º 2012/19/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012 – *MAOTE* – (Reg. DL 73/2014).

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 80.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores solicita-se a emissão de parecer, por razões de urgência, até ao próximo dia 5 de março.

A urgência fundamenta-se na necessidade de aprovação, com a maior brevidade possível, do projeto de diploma, na medida em que o mesmo procede à transposição de diretiva cujo prazo já foi ultrapassado.

Com os melhores cumprimentos, 

O Chefe do Gabinete


(Francisco José Martins)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ARQUIVO

Entrada 0572 Proc. n.º 08.06

Data: 014/02/21 N.º 84/8



Ministério d.....



Decreto n.º

DL 73/2014

2014.02.17

As disparidades entre as disposições legislativas ou administrativas adotadas pelos Estados-Membros em matéria de gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE) podem originar encargos financeiros desnecessários sobre os operadores económicos e prejudicar a eficácia das políticas de reciclagem. No sentido de aproximar as medidas nacionais dos Estados-Membros e as práticas atualmente aplicadas, a Diretiva n.º 2012/19/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa aos REEE, procedeu à reformulação da Diretiva n.º 2002/96/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de janeiro de 2003, transposta para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de dezembro, que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de REEE.

O programa comunitário de política e ação relacionado com o ambiente e o desenvolvimento sustentável («Quinto Programa de Ação em Matéria de Ambiente») menciona os REEE como um dos domínios-alvo a regular, com vista à aplicação dos princípios da prevenção, da valorização e da eliminação segura dos resíduos.

O presente decreto-lei tem por objetivo contribuir para uma produção e um consumo sustentáveis mediante, prioritariamente, a prevenção de REEE e, adicionalmente, através da preparação para reutilização, reciclagem e outras formas de valorização, de modo a reduzir a quantidade de resíduos a eliminar e a contribuir para a utilização eficiente dos recursos e a recuperação de matérias-primas secundárias valiosas. Procura igualmente coresponsabilizar todos os intervenientes no ciclo de vida dos equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE) e melhorar o seu desempenho ambiental, nomeadamente os produtores, distribuidores e utilizadores e, em especial, os operadores diretamente envolvidos na recolha e tratamento de REEE.



Ministério d.....



Decreto n.º

A Diretiva n.º 2011/65/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2011, relativa à restrição do uso de determinadas substâncias perigosas em EEE, transposta para a ordem jurídica interna através do Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, restringe a utilização de determinadas substâncias perigosas em EEE, contudo, algumas destas substâncias, como o mercúrio, o cádmio, o chumbo e o crómio hexavalente, continuarão presentes nos REEE por muitos anos. Por conseguinte, o teor de componentes perigosos nos EEE constitui grande preocupação durante a fase de gestão dos resíduos.

Com vista à redução do seu elevado impacto ambiental são adotadas medidas adequadas para reduzir a eliminação de REEE como resíduos urbanos não triados, de modo a alcançar um elevado nível de recolha seletiva dos REEE, em especial de equipamentos de refrigeração e congelação que contenham substâncias que empobrecem a camada de ozono e gases fluorados com efeito de estufa.

Ao basear-se no princípio da responsabilidade alargada do produtor, o presente decreto-lei incentiva uma conceção e fabrico dos EEE que facilitem e otimizem a reutilização, o desmantelamento, a reciclagem e outras formas de valorização. A fim de dar ao conceito de responsabilidade do produtor maior efeito, cada produtor é responsável pelo financiamento da gestão dos resíduos provenientes dos seus próprios produtos. Os produtores podem optar por cumprir esta obrigação individualmente - mediante a prestação de garantias financeiras que assegurem que os custos da gestão dos resíduos dos seus produtos não recaiam sobre a sociedade ou os restantes produtores - ou aderindo a um sistema coletivo para o qual transferem a sua responsabilidade.

Prevê-se a recolha seletiva como condição prévia para assegurar um tratamento e reciclagem específicos dos REEE. Sem prejuízo da importância do contributo dos distribuidores para o êxito da recolha de REEE, os utilizadores particulares devem também contribuir ativamente para o sucesso dessa recolha, dispondo da informação adequada para o efeito e de instalações para a entrega de REEE sem encargos, de acordo com os princípios da proximidade territorial e de fácil acesso.



Ministério d.....



Decreto n.º

As operações de recolha e transporte ficam sujeitas a regras específicas para prevenir os impactos ambientais negativos e atingir o nível desejado de proteção da saúde humana e do ambiente.

A fim de comprovar o cumprimento da taxa de recolha nacional, prevê-se que todos os intervenientes na recolha de REEE registem os dados relativos aos REEE recolhidos seletivamente.

Considera-se indispensável, a fim de evitar a dispersão de poluentes no material reciclado ou no fluxo de resíduos, que os REEE sejam objeto de tratamento específico e adequado, sujeito a regras específicas e a qualificação, com vista nomeadamente à consecução dos objetivos de valorização. Caso seja adequado, deve ser dada prioridade à preparação para reutilização dos REEE e dos seus componentes e materiais, com respeito pelos princípios mínimos, nomeadamente de qualidade, eficiência e segurança.

Por fim, para assegurar a correta aplicação do presente diploma e promover a equidade entre os operadores económicos, são previstas ações de inspeção e controlo e, ainda, requisitos mínimos para as transferências de EEE, a fim de evitar as transferências ilegais de REEE para os países em desenvolvimento.

O presente decreto-lei vem, deste modo, rever o regime jurídico aplicável à gestão de REEE, transpondo para o ordenamento nacional a Diretiva n.º 2012/19/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, e revogar o Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de dezembro.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Foram consultadas as associações representativas do sector.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:



Ministério d.....



Decreto n.º

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

O presente decreto-lei aprova o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), estabelecendo medidas de proteção do ambiente e da saúde humana, com os objetivos de prevenir ou reduzir os impactos adversos decorrentes da produção e gestão desses resíduos, diminuir os impactos globais da utilização dos recursos, melhorar a eficiência dessa utilização, e contribuir para o desenvolvimento sustentável, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2012/19/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa aos REEE, que reformula a Diretiva n.º 2002/96/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de janeiro de 2003.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1 - O presente decreto-lei aplica-se:

- a) Aos equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE) pertencentes às seguintes categorias:
 - i) Categoria 1: grandes eletrodomésticos;
 - ii) Categoria 2: pequenos eletrodomésticos;
 - iii) Categoria 3: equipamentos informáticos e de telecomunicações;
 - iv) Categoria 4: equipamentos de consumo e painéis fotovoltaicos;
 - v) Categoria 5: equipamentos de iluminação;



Ministério d.....



Decreto n.º

- vi)* Categoria 6: ferramentas elétricas e eletrónicas (com exceção de ferramentas industriais fixas de grandes dimensões);
 - vii)* Categoria 7: brinquedos e equipamento de desporto e lazer;
 - viii)* Categoria 8: aparelhos médicos (com exceção de todos os produtos implantados e infetados);
 - ix)* Categoria 9: instrumentos de monitorização e controlo;
 - x)* Categoria 10: distribuidores automáticos.
- b)* A todos os equipamentos elétricos e eletrónicos, quer se destinem aos utilizadores particulares ou a utilização profissional, classificados nas seguintes categorias:
- i)* Categoria 1: equipamentos de regulação da temperatura;
 - ii)* Categoria 2: ecrãs, monitores e equipamentos com ecrãs de superfície superior a 100 cm²;
 - iii)* Categoria 3: lâmpadas;
 - iv)* Categoria 4: Equipamentos de grandes dimensões, com qualquer dimensão externa superior a 50 cm, como eletrodomésticos, equipamentos informáticos e de telecomunicações, equipamentos de consumo, luminárias, equipamento para reproduzir sons ou imagens, equipamento musical, ferramentas elétricas e eletrónicas, brinquedos e equipamento de desporto e lazer, dispositivos médicos, instrumentos de monitorização e controlo, distribuidores automáticos, ou equipamento para geração de corrente elétrica, com exceção dos equipamentos das categorias 1, 2 e 3 da alínea *a)*;

{2FCE4A28-DE5B-43D6-9D18-715F3D83C133}



Ministério d.....



Decreto n.º

v) Categoria 5: equipamentos de pequenas dimensões, com nenhuma dimensão externa superior a 50 cm, como eletrodomésticos, equipamentos de consumo, aparelhos de iluminação, equipamento para reproduzir sons ou imagens, equipamento musical, ferramentas elétricas e eletrônicas, brinquedos e equipamento de desporto e lazer, dispositivos médicos, instrumentos de monitorização e controlo, distribuidores automáticos, equipamento para geração de corrente elétrica, com exceção dos equipamentos abrangidos pelas categorias das categorias 1, 2, 3 e 6 da alínea b) do número anterior;

vi) Categoria 6: equipamentos informáticos e de telecomunicações de pequenas dimensões, com nenhuma dimensão externa superior a 50 cm.

2 - As listas indicativas dos EEE previstos nas alíneas a) e b) do número anterior constam respetivamente dos Anexos I e II ao presente decreto-lei, do qual fazem parte integrante

3 - Estão excluídos do âmbito de aplicação do presente decreto-lei os seguintes EEE:

a) Equipamentos necessários à defesa e segurança do Estado, designadamente armas, munições e material de guerra destinados a fins especificamente militares;

b) Equipamentos concebidos e instalados especificamente como componentes de outros tipos de equipamento excluídos ou não abrangidos pelo âmbito de aplicação do presente decreto-lei e que só podem desempenhar a sua função quando integrados nesses outros equipamentos;

c) Lâmpadas de incandescência;

d) Equipamentos concebidos para serem enviados para o espaço;

e) Ferramentas industriais fixas de grandes dimensões;

f) Instalações fixas de grandes dimensões, com exceção dos equipamentos que não sejam concebidos e instalados especificamente como parte de tais instalações;



Ministério d.....



Decreto n.º

- g) Meios de transporte de pessoas ou de mercadorias, excluindo veículos elétricos de duas rodas que não se encontrem homologados;
- h) Máquinas móveis não rodoviárias destinadas exclusivamente a utilização profissional;
- i) Equipamentos concebidos especificamente para fins de investigação e desenvolvimento e disponibilizados exclusivamente num contexto interempresas;
- j) Dispositivos médicos e dispositivos médicos de diagnóstico *in vitro*, caso se preveja que esses dispositivos venham a ser infecciosos antes do fim de vida;
- k) Dispositivos médicos implantáveis ativos.

4 - O disposto no presente decreto-lei não prejudica a aplicação da legislação específica nos domínios das normas de segurança e de saúde e dos produtos químicos, nomeadamente, do Regulamento (CE) n.º 1907/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2006, cuja execução é assegurada na ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 293/2009, de 13 de outubro, bem como dos requisitos específicos previstos na legislação relativa à gestão de resíduos e, ainda, à conceção de produtos, designadamente, do Decreto-Lei n.º 12/2011, de 24 de janeiro.

Artigo 3.º

Definições

1 - Para os efeitos do disposto no presente decreto-lei, entende-se por:

- a) «Acordo de financiamento», qualquer acordo ou mecanismo relativo ao empréstimo, locação ou venda diferida que se reporte a qualquer equipamento, independentemente de os termos desse acordo ou disposição preverem a transferência da propriedade desse equipamento ou a possibilidade de tal transferência;
- b) «Centro de receção», a instalação licenciada nos termos do Decreto-Lei n.º



Ministério d.....



Decreto n.º

178/2006, de 5 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelos Decretos-Leis n.ºs 183/2009, de 10 de agosto, 73/2011, de 17 de junho, e 127/2013, de 30 de agosto, que integra a rede de recolha dos sistemas coletivos ou individuais de gestão e onde se procede à armazenagem e triagem de REEE;

- c) «Colocação no mercado», a primeira disponibilização de um EEE no mercado, em território nacional, enquanto atividade profissional;
- d) «Disponibilização no mercado», a oferta de um EEE para distribuição, consumo ou utilização no mercado, em território nacional, no âmbito de uma atividade comercial, a título oneroso ou gratuito;
- e) «Distribuidor», pessoa singular ou coletiva integrada no circuito comercial que disponibilize EEE no mercado, sendo que um distribuidor pode ser considerado simultaneamente «produtor», se atuar como tal na aceção da alínea m) do presente número;
- f) «Equipamentos elétricos e eletrónicos» ou «EEE», os equipamentos dependentes de corrente elétrica ou de campos eletromagnéticos para funcionarem corretamente, bem como os equipamentos para geração, transferência e medição dessas correntes e campos, e concebidos para utilização com uma tensão nominal não superior a 1 000 V para corrente alterna e 1 500 V para corrente contínua;
- g) «Ferramentas industriais fixas de grandes dimensões», grande conjunto de máquinas, de equipamentos e/ou de componentes que funcionam em conjunto para uma aplicação específica, instalados de forma permanente e desmontados por profissionais num dado local e utilizados e sujeitos a manutenção por profissionais numa instalação de produção industrial ou numa instalação de investigação e desenvolvimento;
- h) «Frações de REEE», materiais separados através do tratamento de REEE,



Ministério d.....



Decreto n.º

incluindo a descontaminação, desmantelamento ou qualquer outro processo de tratamento;

i) «Instalação fixa de grandes dimensões», uma combinação de grandes dimensões de diversos tipos de aparelhos e, em certos casos, de outros dispositivos que, cumulativamente:

i) Sejam montados, instalados e desmontados por profissionais;

ii) Se destinem a ser permanentemente utilizados como elementos de um edifício ou de uma estrutura numa localização própria pré-definida, e

iii) Apenas possam ser substituídos pelo mesmo tipo de equipamento especificamente concebido para o efeito;

j) «Máquinas móveis não rodoviárias», máquinas que dispõem de uma fonte de alimentação a bordo cujo funcionamento necessita de mobilidade ou de movimento contínuo ou semi-contínuo entre uma sucessão de locais de trabalho fixos;

k) «Ponto de recolha», local onde se procede à receção e armazenagem preliminar de REEE, como parte do processo de recolha, e que integra a rede de recolha dos sistemas coletivos ou individuais de gestão;

l) «Ponto de retoma», o local do estabelecimento de comercialização e ou de distribuição de EEE que retoma, por obrigação legal ou a título voluntário, os REEE, e onde se procede à sua armazenagem preliminar como parte do processo de recolha;

m) «Produtor», pessoa singular ou coletiva que, independentemente da técnica de venda utilizada, incluindo a comunicação à distância nos termos do Decreto-Lei n.º 143/2001, de 26 de abril, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 57/2008, de 28 de março, e 82/2008 de 20 de maio, ou de afetação a uso próprio, não incluindo quem



Ministério d.....



Decreto n.º

proceda exclusivamente ao financiamento nos termos de um acordo de financiamento, a menos que atue igualmente como produtor na aceção das subalíneas seguintes:

- i)* Esteja estabelecida no território nacional e fabrique EEE sob nome ou marca próprios, ou mande conceber ou fabricar EEE e os comercialize sob nome ou marca próprios no território nacional;
- ii)* Esteja estabelecida no território nacional e proceda à revenda, no território nacional, sob nome ou marca próprios, equipamentos produzidos por outros fornecedores, não se considerando o revendedor como «produtor» caso a marca do produtor seja aposta no equipamento, conforme se prevê na subalínea anterior;
- iii)* Esteja estabelecida no território nacional e coloque no mercado, em território nacional, EEE provenientes de um país terceiro ou de outro país da União Europeia;
- iv)* Proceda à venda de EEE, através de técnicas de comunicação à distância, diretamente a utilizadores particulares ou a utilizadores não particulares em território nacional e esteja estabelecida noutra país da União Europeia ou num país terceiro;
- n)* «Remoção», o tratamento manual, mecânico, químico ou metalúrgico mediante o qual substâncias, misturas e componentes perigosos ficam confinados num fluxo identificável ou parte identificável de um fluxo no processo de tratamento, sendo que uma substância, mistura ou componente é identificável caso possa ser controlado para verificar que o tratamento é seguro em termos ambientais;
- o)* «Resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos» ou «REEE» quaisquer equipamentos elétricos e eletrónicos de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou obrigação de se desfazer, na aceção da alínea *ee)* do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º



Ministério d.....



Decreto n.º

178/2006, de 5 de setembro, na sua redação atual, incluindo todos os componentes, subconjuntos e materiais consumíveis que fazem parte integrante do produto no momento em que este é descartado;

p) «REEE provenientes de utilizadores particulares», REEE provenientes do setor doméstico, bem como os REEE provenientes de fontes comerciais, industriais, institucionais e outras que, pela sua natureza e quantidade, sejam semelhantes aos REEE provenientes do setor doméstico, sendo que os resíduos de REE suscetíveis de serem utilizados tanto por utilizadores particulares como por utilizadores não particulares devem ser, em qualquer caso, considerados como REEE provenientes de particulares.

2 - Aplicam-se ainda ao presente decreto-lei as definições de:

a) «Armazenagem», «armazenagem preliminar», «eliminação», «preparação para reutilização», «prevenção», «reciclagem», «recolha», «recolha seletiva», «resíduo perigoso», «reutilização», «tratamento» e de «valorização», incluindo neste caso todos os componentes, subconjuntos e materiais consumíveis que fazem parte integrante do produto no momento em que este é descartado, estabelecidas no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na sua atual redação;

b) «Dispositivo médico de diagnóstico *in vitro*» e «acessório», na aceção das alíneas b) e c) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 189/2000, de 12 de agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 311/2002, de 20 de dezembro, 76/2006, de 27 de março, 145/2009, de 17 de junho, e 185/2012, de 9 de agosto;

c) «Dispositivo médico» e «dispositivo médico implantável ativo», estabelecidas no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de junho, retificado pela declaração n.º 60-A/2009, de 14 de agosto.



Ministério d.....



Decreto n.º

CAPÍTULO II

Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos

Artigo 4.º

Princípios de concepção

- 1 - Os EEE devem ser concebidos de forma a facilitar o desmantelamento e a valorização de REEE, seus componentes e materiais, e a não impedir, através de características de concepção ou processos de fabrico específicos, a sua reutilização, salvo se essas características ou processos de fabrico apresentarem vantagens de maior relevo, por exemplo, no que respeita à proteção do ambiente e/ou aos requisitos de segurança.
- 2 - Para efeitos do número anterior, os produtores devem nomeadamente cooperar com os operadores de instalações de reciclagem e aplicar os requisitos de concepção ecológica que facilitem a reutilização e o tratamento de REEE, previstos no Decreto-Lei n.º 12/2011, de 24 de janeiro.

Artigo 5.º

Taxa nacional de recolha

- 1 - Até 31 de Dezembro de 2015, deve ser garantida, a nível nacional, uma taxa média de recolha de, pelo menos, 4 quilogramas por habitante e por ano de REEE provenientes de utilizadores particulares, ou a quantidade média de REEE recolhidos nos três anos anteriores, conforme o maior destes valores.
- 2 - A partir de 2016, deve ser garantida, a nível nacional, uma taxa de recolha mínima de 45 % do peso médio dos EEE colocados no mercado nos três anos anteriores, considerando o peso total dos REEE recolhidos provenientes de utilizadores particulares e não particulares.



Ministério d.....



Decreto n.º

- 3 - A partir de 2019, deve ser garantida, a nível nacional, uma taxa de recolha mínima de 65 % do peso médio dos EEE colocados no mercado nos três anos anteriores ou, alternativamente, de 85 % dos REEE gerados no território nacional, considerando o peso total dos REEE recolhidos provenientes de utilizadores particulares e não particulares.
- 4 - No período compreendido entre 2016 e 2019, deve ser assegurada uma evolução gradual da quantidade de REEE recolhidos anualmente, a menos que já tenha sido atingida a taxa de recolha prevista no número anterior.
- 5 - A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.) emite orientações relativas ao método de cálculo das taxas de recolha, sem prejuízo das regras que vierem a ser adotadas pela Comissão Europeia neste âmbito.
- 6 - Os produtores, individualmente ou através de uma entidade gestora licenciada nos termos do artigo 25.º, contribuem para a meta de recolha nacional estabelecida nos números anteriores, nos termos a definir nas autorizações dos sistemas individuais e nas licenças dos sistemas coletivos, sem prejuízo da responsabilidade atribuída a outros intervenientes na recolha seletiva de REEE.

Artigo 6.º

Objetivos de valorização

- 1 - No que respeita a todos os REEE recolhidos seletivamente, devem ser obrigatoriamente garantidos os objetivos mínimos de valorização estabelecidos no Anexo III ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.



Ministério d.....



Decreto n.º

- 2 - Os produtores, individualmente ou através de uma entidade gestora licenciada nos termos do artigo 25.º, devem adotar as medidas necessárias para que sejam obrigatoriamente garantidos os objetivos mínimos de valorização, por categoria, no que respeita a todos os REEE recolhidos seletivamente na rede de sistemas de recolha prevista no n.º 1 do artigo 16.º, sem prejuízo da responsabilidade atribuída a outros intervenientes no tratamento de REEE.
- 3 - O cumprimento dos objetivos definidos no número anterior é calculado, para cada categoria, dividindo o peso das frações de REEE que entram nas instalações de valorização ou de reciclagem/preparação para reutilização, após tratamento adequado, pelo peso de todos os REEE recolhidos seletivamente, expresso em percentagem, não sendo consideradas as atividades preliminares, nomeadamente a triagem e a armazenagem que precedem a valorização.
- 4 - A APA, I.P. pode emitir orientações relativas ao método cálculo dos objetivos mínimos de valorização, a fim de garantir condições uniformes de aplicação, sem prejuízo das regras que vierem a ser adotadas pela Comissão Europeia neste âmbito.
- 5 - Para efeitos de cálculo dos objetivos estabelecidos no n.º 1, os produtores, individualmente ou através de uma entidade gestora licenciada nos termos do artigo 25.º, devem manter registos do peso de REEE e respetivas frações que saiam da instalação de recolha, entrem ou saiam das instalações de tratamento e que entrem na instalação de valorização ou de reciclagem/preparação para reutilização.
- 6 - Os produtores, individualmente ou através de uma entidade gestora licenciada nos termos do artigo 25.º, devem garantir a rastreabilidade dos REEE recolhidos na rede de sistemas de recolha prevista no n.º 1 do artigo 16.º, bem como das respetivas frações, até à saída da instalação de valorização ou de reciclagem/preparação para reutilização, sem prejuízo da responsabilidade atribuída aos operadores de gestão de resíduos licenciados para o tratamento de REEE.



Ministério d.....



Decreto n.º

Secção I

Recolha e transporte de REEE

Artigo 7.º

Recolha seletiva

- 1 - Os produtores, individualmente ou através de uma entidade gestora licenciada nos termos do artigo 25.º, devem tomar medidas para garantir um elevado nível de recolha seletiva de REEE, em especial no que respeita aos equipamentos de regulação da temperatura que contêm substâncias que empobrecem a camada de ozono e gases fluorados com efeito de estufa, às lâmpadas fluorescentes que contêm mercúrio, aos painéis fotovoltaicos e aos equipamentos de pequenas dimensões referidos nas categorias 5 e 6 previstas na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 2.º.
- 2 - Para efeitos do número anterior, os produtores, individualmente ou através de uma entidade gestora licenciada nos termos do artigo 25.º, devem estruturar uma rede de recolha com vista a reduzir a eliminação de REEE sob a forma de resíduos urbanos não triados e a assegurar o tratamento de todos os REEE recolhidos e devem incluir nos seus planos de sensibilização, informação e educação ações concretas com vista a priorizar a recolha seletiva dos REEE especificados no número anterior.

Artigo 8.º

Regras gerais para a recolha e o transporte

- 1 - A recolha e o transporte de REEE recolhidos seletivamente devem ser efetuados de forma a proporcionar as melhores condições para preparação para reutilização, a reciclagem e o confinamento de substâncias perigosas.



Ministério d.....



Decreto n.º

- 2 - A armazenagem e transporte dos resíduos de equipamentos de regulação da temperatura que contêm substâncias que empobrecem a camada de ozono deve ser realizado de acordo com as condições previstas no Decreto-Lei n.º 152/2005, de 31 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 35/2008, de 31 de agosto.
- 3 - As entidades que efetuem operações de recolha estão sujeitas ao cumprimento de requisitos mínimos de qualidade e eficiência a serem estabelecidos pela APA, I.P., sem prejuízo de normas que vierem a ser adotadas pela Comissão Europeia neste âmbito.
- 4 - Os pontos de recolha e os pontos de retoma não estão sujeitos aos requisitos de licenciamento ou registo, nos termos, respetivamente, dos artigos 23.º e 45.º respetivamente, do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na sua redação atual, devendo contudo satisfazer os requisitos de armazenagem previstos no n.º 1 do Anexo IV ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.
- 5 - Excluem-se do número anterior os pontos de retoma que procedem à recolha de REEE a título voluntário, não decorrente das obrigações legais previstas nas alíneas *a)* e *b)* do n.º 2 do artigo 16.º, quando essa recolha não ocorra no âmbito de uma relação contratual com uma entidade gestora licenciada nos termos do artigo 25.º.
- 6 - Os REEE recolhidos devem ser encaminhados para os produtores, individualmente ou através de uma entidade gestora licenciada nos termos do artigo 25.º, ou para operadores de gestão de resíduos qualificados nos termos do n.º 4 do artigo 12.º, ou para entidades qualificadas nos termos do n.º 1 do artigo 13.º para efeitos de preparação para reutilização.

2FCFA 28-DE5B-43D69D70-15F3D83C1331



Ministério d.....



Decreto n.º

Artigo 9.º

Regras específicas para a recolha

- 1 - Para efeitos do n.º 1 do artigo 8.º, estão autorizadas a proceder à recolha de REEE, para além das entidades previstas no n.º 5 do artigo 16.º, outras entidades que procedam à recolha no âmbito de campanhas ou ações de acordo com os requisitos especificados no número seguinte.
- 2 - As entidades que pretendam desenvolver ações ou campanhas de recolha de REEE devem:
 - a) Solicitar à APA, I.P., autorização prévia, que inclua a informação prevista no número seguinte;
 - b) Assegurar o cumprimento de todos os requisitos legais aplicáveis à recolha, transporte e armazenagem de REEE;
 - c) Assegurar que os REEE são encaminhados para tratamento adequado, nos termos do artigo 11.º;
 - d) Proceder ao registo de informação nos termos do artigo 32.º.
- 3 - A informação a apresentar nos termos da alínea a) do número anterior inclui obrigatoriamente os seguintes elementos:
 - a) Objeto da proposta e caracterização dos REEE;
 - b) O circuito de gestão dos resíduos a adotar;
 - c) Os objetivos de gestão e as respetivas metas;
 - d) A metodologia de monitorização a adotar;
 - e) A apresentação de documentos demonstrativos da viabilidade da proposta.



Ministério d.....



Decreto n.º

- 4 - As entidades que desenvolvam ações ou campanhas de recolha em colaboração com as entidades gestoras dos sistemas coletivos de gestão de REEE, previstas em acordo celebrado entre ambas as partes, estão isentas da autorização da APA, I.P., devendo as entidades gestoras informar a APA, I.P., previamente à realização dessas ações ou campanhas.
- 5 - A APA, I.P., divulga no seu sítio da internet as ações e campanhas de recolha de REEE autorizadas nos termos do n.º 1.

Artigo 10.º

Regras específicas para o transporte

- 1 - Para efeitos do n.º 1 do artigo 8.º, podem transportar REEE, as seguintes entidades:
- a) Produtor de REEE;
 - b) Operador de gestão de resíduos;
 - c) Empresas licenciadas para o transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem subcontratadas pelos produtores, individualmente ou através de uma entidade gestora licenciada nos termos do artigo 25.º;
 - d) Distribuidores, atuando nos termos das alíneas b) e c) do n.º 5 do artigo 16.º.
- 2 - O transporte de REEE deve ser acompanhado da guia de acompanhamento de resíduos, prevista em legislação própria.
- 3 - Sem prejuízo do número anterior, estão isentos de guia de acompanhamento de resíduos.
- a) O transporte previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 16.º;
 - b) O transporte entre o ponto de retoma e outro local pertencente à mesma entidade onde se procede à armazenagem preliminar dos REEE como parte do processo de recolha;



Ministério d.....



Decreto n.º

c) O transporte entre o ponto de recolha e o centro de receção.

Secção II

Tratamento de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos

Artigo 11.º

Tratamento adequado

- 1 - Os REEE recolhidos seletivamente devem ser sujeitos a um tratamento adequado nos termos do número seguinte, caso não seja preferível a preparação para reutilização, sendo expressamente proibida a eliminação de REEE que não tenham sido sujeitos a tratamento.
- 2 - O tratamento adequado, com exceção da preparação para reutilização, e as operações de valorização e reciclagem devem incluir, no mínimo, a remoção de todos os fluidos e um tratamento seletivo de materiais e componentes de REEE de acordo com o disposto no Anexo V ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.
- 3 - Os produtores, individualmente ou através de uma entidade gestora licenciada nos termos do artigo 25.º, devem implementar sistemas que utilizem as melhores técnicas disponíveis para a valorização dos REEE.
- 4 - A preparação para reutilização, valorização e reciclagem de resíduos de equipamento de refrigeração e respetivas substâncias, misturas ou componentes, é feita de acordo com a legislação aplicável, designadamente, o Regulamento (CE) n.º 1005/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono, o Regulamento (CE) n.º 842/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2006, relativo a determinados gases fluorados com efeito de estufa, o Decreto-Lei n.º 152/2005, de 31 de agosto, e o Decreto-Lei n.º 56/2011, de 21 de abril.



Ministério d.....



Decreto n.º

5 - A APA, I.P. pode propor a realização de acordos com os setores económicos envolvidos de forma a incentivar as entidades que efetuem operações de tratamento a introduzir sistemas certificados de gestão ambiental, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS), e do Decreto-Lei n.º 95/2012, de 20 de abril.

Artigo 12.º

Regras para o tratamento

- 1 - A atividade de tratamento de REEE, incluindo a valorização, a reciclagem e a preparação para reutilização, está sujeita a licenciamento nos termos do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na sua redação atual.
- 2 - As instalações onde se realizam operações de armazenagem e de tratamento de REEE respeitam os requisitos técnicos definidos, respetivamente, nos n.ºs 1 e 2 do Anexo IV.
- 3 - Sem prejuízo dos números anteriores, a atividade de tratamento de REEE, incluindo a valorização, a reciclagem e a preparação para reutilização, está sujeita ao cumprimento de requisitos mínimos de qualidade e eficiência a serem estabelecidos pela APA, I.P., sem prejuízo das normas que vierem a ser adotadas pela União Europeia neste âmbito.
- 4 - Os operadores de gestão de resíduos licenciados para o tratamento de REEE são qualificados pela APA, I.P., de acordo com os requisitos mínimos de qualidade técnica e eficiência previstos no número anterior, com vista, nomeadamente, à consecução dos objetivos de valorização previstos no artigo 6.º.
- 5 - Para efeitos do número anterior, os operadores de gestão de resíduos licenciados para o tratamento de REEE estão sujeitos a uma obrigação de reporte anual de informação devidamente auditada, nos termos a estabelecer pela APA, I.P.



Ministério d.....



Decreto n.º

Artigo 13.º

Preparação para reutilização

- 1 - A fim de maximizar a preparação para reutilização, os centros de receção devem assegurar a separação dos REEE a preparar para a reutilização dos outros REEE recolhidos seletivamente, nomeadamente concedendo o acesso a entidades qualificadas nos termos do n.º 4 do artigo 12.º, no âmbito de acordos de cooperação.
- 2 - Os REEE encaminhados para preparação para reutilização, nos termos do número anterior, que se verifique não estarem em condições de ser reutilizados, devem retornar ao centro de receção de origem, caso contrário, recai sobre a entidade qualificada a responsabilidade de proceder ao seu encaminhamento para tratamento adequado e de garantir a rastreabilidade da informação.
- 3 - Os requisitos previstos no n.º 3 do artigo 12.º, aplicáveis especificamente à atividade de preparação para reutilização, devem respetar os seguintes princípios:
 - a) Identificação como produto reutilizado;
 - b) Segurança dos utilizadores;
 - c) Eficiência energética equivalente aos produtos novos, sempre que a estes for exigida, nos termos da lei;
 - d) Ausência de substâncias perigosas sujeitas a restrição, nos termos da legislação aplicável;
 - e) Informação adequada aos utilizadores.



Ministério d.....



Decreto n.º

4 - Nas atividades de preparação para reutilização para fins sociais ou humanitários, realizadas exclusivamente no âmbito de contratos com as entidades gestoras dos sistemas coletivos de gestão de REEE, o licenciamento previsto no n.º 1 do artigo 12.º pode ser substituído por uma garantia de conformidade com os princípios e normas exigidos à preparação para reutilização, definidos nos termos do n.º 3 do artigo 12.º, desde que seja previamente comunicado à APA, I.P., mediante a apresentação, pela entidade gestora, do respetivo contrato e da garantia de conformidade.

Secção III

Transferências de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos

Artigo 14.º

Transferências de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos

1 - As transferências de REEE para tratamento fora do território nacional devem ser efetuadas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1013/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho, relativo a transferências de resíduos, e do Regulamento (CE) n.º 1418/2007 da Comissão, de 29 de novembro de 2007, relativo à exportação, para fins de valorização, de determinados resíduos enumerados na alínea b) do n.º1 do artigo 2.º, ou no Anexo III-A do referido Regulamento (CE) n.º 1013/2006, desde que para certos países não abrangidos pela Decisão da OCDE sobre o controlo dos movimentos transfronteiriços de resíduos.

2 - Sem prejuízo do número anterior, as operações de tratamento de REEE devem decorrer preferencialmente em território nacional e obedecendo a critérios de proximidade, de acordo com os princípios da autossuficiência e da proximidade consagrados no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, na sua redação atual.



Ministério d.....



Decreto n.º

- 3 - Os REEE exportados a partir do território nacional só contam para o cumprimento dos objetivos de valorização se o exportador puder provar que o tratamento ocorreu em condições equivalentes aos requisitos do presente decreto-lei, de acordo com os critérios de avaliação da equivalência das condições que vierem a ser adotados a nível comunitário.
- 4 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a APA, I.P., pode definir mecanismos específicos de controlo e verificação das transferências, nos termos previstos no artigo 49.º do Regulamento (CE) n.º 1013/2006, com vista a assegurar que os REEE transferidos a partir do território nacional são geridos sem pôr em perigo a saúde humana e de forma ambientalmente correta.

Artigo 15.º

Transferência de equipamentos elétricos e eletrónicos usados suspeitos serem resíduos

- 1 - As transferências de EEE usados que se suspeite, por motivos devidamente fundamentados serem REEE são efetuadas de acordo com os requisitos mínimos constantes do Anexo VI ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.
- 2 - Na ausência de provas de que um objeto constitui EEE usado e não REEE, nos termos do número anterior, as entidades de fiscalização devem considerar que os produtos são REEE e presumir que a carga constitui uma transferência ilegal.
- 3 - Os custos das análises e inspeções adequadas, realizadas para efeitos da verificação do cumprimento dos requisitos previstos no Anexo VI do presente decreto-lei, incluindo os custos de armazenagem de EEE usados que se confirme serem REEE, devem ser cobrados aos produtores, aos terceiros que ajam por conta destes ou a outras pessoas envolvidas na transferência.



Ministério d.....



Decreto n.º

CAPÍTULO III

Responsabilidade pela gestão de REEE

Artigo 16.º

Responsabilidade pela recolha de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos
provenientes de utilizadores particulares

- 1 - Os utilizadores particulares estão obrigados a proceder ao correto encaminhamento dos REEE que detenham, nomeadamente procedendo à sua entrega na rede de recolha seletiva, de acordo com as informações fornecidas nos termos do artigo 29.º.
- 2 - Os distribuidores estão obrigados a assegurar:
 - a) A receção de REEE gratuitamente para os utilizadores finais, à razão de um por um, no âmbito do fornecimento de um novo EEE, desde que os resíduos sejam de equipamentos equivalentes e desempenhem as mesmas funções que os equipamentos fornecidos;
 - b) Nas lojas retalhistas com áreas de vendas de EEE com pelo menos 400 m², a receção de REEE de muito pequena dimensão (dimensão externa não superior a 25 cm), gratuitamente para os utilizadores finais e sem a obrigação de comprar um EEE equivalente, sendo que esta recolha pode ocorrer nas lojas retalhistas ou nas suas imediações;
 - c) O transporte dos REEE recebidos até aos centros de receção;
 - d) O transporte de REEE até às suas instalações ou diretamente para os centros de receção quando a venda implique uma entrega do EEE ao domicílio.
- 3 - Os distribuidores podem ficar isentos do cumprimento da obrigação prevista na alínea b) do número anterior, desde que uma avaliação demonstre que os sistemas alternativos de recolha existentes são suscetíveis de ser igualmente eficazes, cabendo à APA, I.P., aprovar essas isenções e disponibilizar ao público as respetivas avaliações.



Ministério d.....



Decreto n.º

4 - A rede de recolha seletiva deve permitir aos utilizadores particulares e aos distribuidores entregar esses REEE, no mínimo, sem encargos.

5 - A constituição da rede de recolha seletiva deve ser programada de acordo com um princípio de progressividade, tendo em conta os objetivos de recolha fixados no artigo 5.º e os requisitos estabelecidos no n.º 7, e estruturada a partir da conjugação dos seguintes intervenientes:

- a) Municípios, associações de municípios e empresas gestoras de sistemas multimunicipais e intermunicipais, adiante designados por Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) com competência na recolha de resíduos urbanos;
- b) Distribuidores, que asseguram a recolha de REEE, por obrigação legal, nos termos da alínea a) do n.º 2;
- c) Distribuidores, que asseguram a recolha de REEE, por obrigação legal, nos termos da alínea b) do n.º 2.

6 - Cabe aos produtores, individualmente ou através de uma entidade gestora licenciada nos termos do artigo 25.º, a responsabilidade pela definição e estruturação de uma rede de recolha seletiva de REEE, constituída nos termos do número anterior, podendo ainda prever a inclusão de pontos de recolha de REEE.

7 - Os REEE recolhidos na rede de recolha seletiva devem ser encaminhados para centros de receção onde se procede à sua triagem por categorias, para efeitos de transporte para uma instalação de tratamento, sem prejuízo da separação dos REEE a preparar para reutilização, prevista no n.º 1 do artigo 13.º

12FCFAA28-DEJB43D6-9D18-175FD83C1331



Ministério d.....



Decreto n.º

8 - A rede de recolha seletiva considera-se adequada a prosseguir os objetivos do presente diploma quando preencha, pelo menos, os seguintes requisitos:

- a) Seja de âmbito territorial integral, tendo em conta a densidade populacional da respetiva área de influência e numa lógica de proximidade com a população;
- b) Seja de fácil acesso para a deposição e para a recolha dos resíduos;
- c) Contribua para integridade dos REEE;
- d) Previna riscos para o ambiente, a saúde pública e a segurança das pessoas e bens.

9 - Os produtores, individualmente ou através de uma entidade gestora licenciada nos termos do artigo 25.º, os SGRU e os distribuidores não são obrigados a aceitar REEE suscetíveis de pôr em risco a saúde e a segurança do pessoal que os manuseia devido a contaminação.

10 - Se for recusada a receção de REEE nos termos do número anterior, deve ser efetuado um registo da ocorrência junto da entidade referida no n.º 2 do artigo 34.º, cabendo ao detentor proceder ao correto encaminhamento desses resíduos nos termos do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na sua redação atual.

Artigo 17.º

Financiamento da gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos provenientes de utilizadores particulares

1 - Os produtores são responsáveis pelo financiamento dos custos de triagem e armazenagem dos REEE provenientes de utilizadores particulares, nos centros de receção, através da prestação de uma contrapartida financeira a ser fixada por despacho dos membros do governo com atribuições nas áreas do ambiente e da economia, podendo a APA, I.P. proceder a uma consulta prévia a entidades que se constituam como partes interessadas.



Ministério d.....



Decreto n.º

- 2 - A contrapartida financeira prevista no número anterior deve ter em conta critérios de eficiência do centro de receção e penalizar os casos em que os equipamentos não contenham os componentes essenciais ou contenham outros resíduos que não sejam REEE, nos termos a definir na licença a atribuir às entidades gestoras.
- 3 - Cabe aos produtores o financiamento das operações de transporte de REEE a partir da rede de sistemas de recolha seletiva prevista no n.º 6 do artigo anterior.
- 4 - Os produtores podem acordar com os distribuidores condições de recolha de REEE recebidos nos termos das alíneas *b)* e *c)* do n.º 5 do artigo 16.º, em função de determinados quantitativos mínimos e ou da sua distância aos centros de receção.
- 5 - Os produtores são responsáveis pelo financiamento dos custos de tratamento, valorização e eliminação, em boas condições ambientais, dos REEE provenientes de utilizadores particulares entregues nas instalações de recolha previstas no n.º 5 do artigo anterior.
- 6 - O financiamento previsto no número anterior deve ter em conta nomeadamente critérios de eficiência do operador de gestão de resíduos e prever os casos em que os equipamentos não contenham os componentes essenciais ou contenham outros resíduos que não sejam REEE, nos termos a definir na licença a atribuir às entidades gestoras.
- 7 - No que se refere aos produtos colocados no mercado após 13 de agosto de 2005, cada produtor é responsável pelo financiamento dos custos de gestão referidos nos n.ºs 1, 3 e 5, relacionados com os resíduos dos seus próprios produtos, podendo optar por cumprir esta obrigação individualmente ou aderindo a um sistema coletivo.

{2FCE4A28-DE5B-43D6-9D18-715F3D83C133}



Ministério d.....



Decreto n.º

8 - No que se refere aos produtos colocados no mercado antes de 13 de agosto de 2005, a responsabilidade pelo financiamento dos custos de gestão referidos nos n.ºs 1, 3 e 5 deve ser assumida pelos produtores existentes no mercado no momento em que ocorram os custos, na proporção da sua quota de mercado, por tipo de equipamento.

Artigo 18.º

Responsabilidade pela recolha de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos provenientes de utilizadores não particulares

- 1 - Os utilizadores não particulares estão obrigados a proceder ao encaminhamento dos REEE que detenham através de uma entidade gestora licenciada nos termos do artigo 25.º ou de um operador de gestão licenciado para a recolha ou tratamento de REEE.
- 2 - Cabe aos produtores, individualmente ou através de uma entidade gestora licenciada nos termos do artigo 25.º, a responsabilidade pela organização da recolha de REEE provenientes de utilizadores não particulares.

Artigo 19.º

Financiamento de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos provenientes de utilizadores não particulares

- 1 - Os produtores são responsáveis pelo financiamento dos custos de recolha, tratamento, valorização e eliminação, em boas condições ambientais, dos REEE provenientes de utilizadores não particulares, resultantes de produtos colocados no mercado após 13 de agosto de 2005, podendo optar por cumprir esta obrigação individualmente ou aderindo a um sistema coletivo.



Ministério d.....



Decreto n.º

- 2 - No que se refere aos produtos colocados no mercado antes de 13 de agosto de 2005, que forem substituídos por novos produtos equivalentes, a responsabilidade pelo financiamento dos custos de gestão dos REEE previstos no número anterior deve ser assumida pelos produtores no momento do fornecimento.
- 3 - Se os REEE não forem substituídos nos termos do número anterior, a responsabilidade pelo financiamento dos custos de gestão previstos no n.º 1 deve ser assumida pelos utilizadores não particulares.
- 4 - Os produtores e os utilizadores não particulares podem celebrar acordos que prevejam outros métodos de financiamento em derrogação do previsto nos n.ºs 2 e 3.

Artigo 20.º

Representante autorizado

- 1 - Um produtor, na aceção das subalíneas *i)* a *ii)* da alínea *m)* do n.º 1 do artigo 3.º, que esteja estabelecido noutro país da União Europeia, pode nomear uma pessoa singular ou coletiva estabelecida no território nacional como sendo o seu representante autorizado, o qual é responsável pelo cumprimento das obrigações desse produtor nos termos previstos no presente decreto-lei.
- 2 - Um produtor, na aceção da subalínea *iv)* da alínea *m)* do n.º 1 do artigo 3.º, deve nomear uma pessoa singular ou coletiva estabelecida no território nacional como sendo o representante autorizado, o qual é responsável pelo cumprimento das obrigações desse produtor nos termos previstos no presente decreto-lei.
- 3 - Um produtor estabelecido no território nacional e que venda EEE através de técnicas de comunicação à distância diretamente a utilizadores particulares ou a utilizadores não particulares noutro Estado-Membro no qual não esteja estabelecido, deve nomear um representante autorizado estabelecido nesse país como sendo a pessoa responsável pelo cumprimento das obrigações do produtor no território desse Estado-Membro.



Ministério d.....



Decreto n.º

- 4 - A nomeação de um representante autorizado é efetuada mediante mandato escrito, a apresentar à entidade referida no n.º 2 do artigo 34.º com o mínimo de 15 dias de antecedência.
- 5 - O mandato previsto no número anterior deve respeitar o modelo constante do Anexo XI ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, e assegurar que o representante autorizado é legalmente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações do produtor nos termos do presente decreto-lei.
- 6 - Em caso de término do mandato referido no número anterior, o produtor, assim como o representante autorizado, devem informar imediatamente desse facto a entidade referida no artigo 33.º, bem como a entidade gestora respetiva.
- 7 - O agente económico que seja produtor na aceção (da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 3.º, mas que demonstre haver um representante autorizado em Portugal para os EEE relativamente aos quais teria aquela qualidade, fica desonerado das obrigações que lhes assistiram em função dessa qualidade, enquanto se verificar o efetivo cumprimento do mandato.
- 8 - Para efeitos de controlo do previsto número anterior, o representante autorizado deve:
- Fornecer, no âmbito do registo de produtor, as informações preconizadas no n.º 4 do artigo 31.º;
 - Disponibilizar aos agentes económicos previstos no número anterior uma declaração que comprove a desoneração das obrigações que lhes assistiriam enquanto produtores.
- 9 - O centro de coordenação e registo e as entidades gestoras dos sistemas coletivos, bem como quaisquer outras entidades cuja atividade seja suscetível de gerar conflitos de interesse com as funções em causa, estão impedidos de assumir o papel de representante autorizado.



Ministério d.....



Decreto n.º

CAPÍTULO IV

Sistemas de gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos

Secção I

Sistema coletivo de gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos

Artigo 21.º

Sistema coletivo

- 1 - Para os efeitos do cumprimento das obrigações estabelecidas no presente decreto-lei, os produtores podem optar por transferir a responsabilidade pela gestão dos REEE para entidade gestora de um sistema coletivo, licenciada nos termos do artigo 25.º.
- 2 - Os produtores podem transferir para uma ou várias entidades gestoras de um sistema coletivo a responsabilidade pela gestão REEE de uma determinada categoria ou categorias, assumindo, através de um sistema individual, a responsabilidade pela gestão dos restantes REEE.
- 3 - A transferência de responsabilidade de cada produtor para uma entidade gestora é objeto de contrato escrito.
- 4 - O contrato previsto no número anterior deve prever, obrigatoriamente:
 - a) As características dos EEE abrangidos;
 - b) As prestações financeiras e a sua forma de atualização;
 - c) A obrigatoriedade de transmissão de informação periódica, por parte do produtor, e a responsabilidade deste pela sua qualidade e veracidade, prevendo a necessidade de certificação dos dados transmitidos de forma proporcionada face à dimensão do produtor;



Ministério d.....



Decreto n.º

- d) A obrigatoriedade de prestação de informação, por parte da entidade gestora, sobre as ações desenvolvidas e os respectivos resultados alcançados, particularmente no que se refere às categorias de EEE que dizem respeito ao produtor;
- e) As ações de controlo a desenvolver pela entidade gestora por forma a verificar o cumprimento das condições estipuladas no contrato, as quais deverão ser proporcionadas face à dimensão do produtor;
- f) A possibilidade de rescisão anual por parte do produtor;
- g) Transferência de responsabilidade nos termos do n.º 7 do artigo 31.º e/ou do n.º 3 do artigo 32.º caso seja essa a opção do produtor;
- h) A obrigatoriedade dos produtores em transmitir a informação às instalações de tratamento nos termos previstos no artigo 30.º;
- i) A obrigação dos produtores participarem e colaborarem nas medidas de prevenção a prever no plano de prevenção de REEE da entidade gestora.

Artigo 22.º

Natureza e composição da entidade gestora

- 1 - A entidade gestora é uma pessoa coletiva de direito privado, de natureza associativa ou societária.
- 2 - Os resultados contabilísticos da entidade gestora devem ser obrigatoriamente reinvestidos ou utilizados na sua atividade ou atividades conexas, podendo ser constituídos em provisões ou reservas para operações futuras, sendo expressamente vedada a distribuição de resultados, dividendos ou lucros pelos seus membros, acionistas, sócios ou associados.



Ministério d.....



Decreto n.º

3 - A composição da entidade gestora deve ser assegurada, exclusiva e obrigatoriamente, por um conjunto de produtores de EEE que exerçam a respetiva atividade a título principal.

Artigo 23.º

Competências da entidade gestora

As entidades gestoras dos sistemas coletivos contribuem para o cumprimento dos objetivos de gestão previstos no presente diploma, nos termos a definir nas suas licenças, devendo, para o efeito:

- a) Estabelecer contratos com produtores, estimulando a sua adesão e fidelização ao sistema coletivo;
- b) Estruturar uma rede de sistemas de recolha seletiva que garanta a cobertura de todo o território nacional, em conformidade com os requisitos fixados no n.º 6 do artigo 16.º;
- c) Estruturar uma rede de operadores de transporte e de tratamento, tendo em conta o princípio da autossuficiência e proximidade, bem como o princípio da hierarquia de gestão de resíduos, desde que as opções adotadas se justifiquem pela aplicação do conceito de ciclo de vida aos impactes globais da produção e gestão dos REEE;
- d) Estabelecer contratos com os centros de receção, operadores de transporte e operadores de tratamento;
- e) Assegurar o tratamento adequado dos REEE, assim como dos seus componentes e materiais, incluindo o acompanhamento técnico das operações de gestão de REEE e a utilização das melhores técnicas disponíveis de valorização;



Ministério d.....



Decreto n.º

- f) Assegurar um efetivo controlo e monitorização do sistema, nomeadamente no que diz respeito ao fluxo de REEE e dos materiais resultantes do seu tratamento, bem como ao acompanhamento periódico da atividade dos diversos intervenientes no sistema;
- g) Promover a sensibilização, informação e educação dos diversos intervenientes no ciclo de vida dos EEE;
- b) Promover o desenvolvimento de projetos de investigação e desenvolvimento orientados para a melhoria de processos relevantes no âmbito da prevenção e gestão de REEE.

Artigo 24.º

Financiamento da entidade gestora

- 1 - A entidade gestora é financiada através de uma prestação financeira a suportar pelos produtores em função da quantidade e das características dos EEE colocados no mercado, sendo os valores das prestações financeiras obtidos por via de uma fórmula a ser fixada em sede de licença a atribuir à entidade gestora.
- 2 - Para a definição da fórmula prevista no número anterior e respetivos pressupostos, a APA, I.P., pode proceder a uma consulta a outras entidades que se constituam como partes interessadas.
- 3 - A entidade gestora pode proceder à atualização anual dos valores da prestação financeira, por aplicação direta da fórmula prevista no n.º 1, transmitindo-os à APA, I.P., com antecedência mínima de 30 dias, para publicação.
- 4 - Compete à APA, I.P., a realização de auditorias sobre a informação prestada nos termos do número anterior.



Ministério d.....



Decreto n.º

- 5 - A fórmula prevista no n.º 1 pode ser revista anualmente, no seguimento de proposta da entidade gestora a apresentar à APA, I.P., até 30 de setembro do ano anterior àquele a que diz respeito, carecendo de aprovação por despacho dos membros do governo com atribuições nas áreas do ambiente e da economia.
- 6 - Sem prejuízo do número anterior e caso a evolução das circunstâncias o aconselhe, a APA I.P., pode determinar a abertura do procedimento de revisão da fórmula prevista no n.º 1.
- 7 - A entidade gestora não pode cobrar aos produtores quaisquer valores adicionais para além das prestações financeiras previstas no n.º 1.
- 8 - A entidade gestora deve prever prestações financeiras diferenciadas em função do impacto ambiental dos EEE e do custo real de gestão dos respetivos resíduos, nomeadamente, no que respeita à utilização de substâncias ou misturas perigosas e à facilidade de reciclagem dos produtos e das matérias-primas secundárias valiosas que eles contêm.
- 9 - A entidade gestora deve prever condições específicas a acordar com os produtores face à dimensão da atividade e nas situações pontuais de colocação de EEE no mercado, nos termos a definir na sua licença, devendo proceder à divulgação das condições no seu sítio da Internet.
- 10 - A entidade gestora deve desenvolver e implementar mecanismos apropriados para assegurar o reembolso dos valores de prestação financeira aos produtores, no caso de os EEE serem transferidos para colocação no mercado fora do território nacional.

Artigo 25.º

Licenciamento da entidade gestora

- 1 - A atividade das entidades gestoras carece de licença, a atribuir por despacho dos membros do governo responsáveis pelas áreas do ambiente e da economia.



Ministério d.....



Decreto n.º

2 - Compete à APA, I.P., instruir e coordenar o procedimento de licenciamento, no âmbito do qual aprecia o requerimento e avalia a capacidade técnica e financeira da entidade gestora.

3 - Para efeitos da concessão da licença, a entidade gestora apresenta à APA, I.P., e à Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE) um requerimento que demonstre a sua capacidade técnica e financeira para a gestão de REEE, instruído com os seguintes elementos:

- a) Estatutos constitutivos e quadro de pessoal com a identificação das competências técnicas;
- b) Âmbito temporal e territorial da atividade do sistema coletivo;
- c) Detalhes das regras ou regulamentos previstos a serem observados pelos produtores aderentes da entidade gestora;
- d) Detalhes sobre as regras previstas para disseminar informações importantes para os produtores aderentes da entidade gestora de forma precisa e oportuna;
- e) Tipos e características técnicas dos EEE abrangidos;
- f) Previsão das quantidades de EEE a colocar no mercado, em território nacional, pelos produtores aderentes, anualmente, por categoria e respetivos pressupostos;
- g) Previsão das quantidades de REEE a recolher, anualmente, por categoria e respetivos pressupostos;
- h) Metas e objetivos de gestão a atingir anualmente;
- i) Definição e estruturação da rede de sistemas de recolha e sua evolução, com a identificação, quando possível, dos diferentes intervenientes e a respetiva estimativa da quantidade de REEE recolhidos;



Ministério d.....



Decreto n.º

- j)* Modo como se propõe assegurar o correto tratamento dos REEE, incluindo o acompanhamento técnico das operações de gestão de REEE e a promoção das melhores tecnologias disponíveis;
- k)* Condições de articulação com os diferentes intervenientes no sistema, incluindo a contratualização com os municípios e distribuidores, e o modo como se propõe assegurar a recolha dos REEE recebidos por estes;
- l)* Condições de articulação com outras entidades gestoras licenciadas para a gestão de REEE e de outros fluxos específicos de resíduos;
- m)* Esquema de monitorização e controlo do sistema, que garanta a gestão da informação relativa aos produtores, locais de recolha, operadores de transporte e de tratamento e respetivos quantitativos de EEE colocados no mercado, REEE recolhidos e tratados e destinos dos materiais resultantes do tratamento;
- n)* Definição de uma verba destinada ao financiamento de campanhas de sensibilização, informação e educação;
- o)* Definição de uma verba destinada ao financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento;
- p)* Estratégia no âmbito da prevenção da produção de REEE, incluindo a reutilização;
- q)* Fórmula de determinação dos valores de prestação financeira, prevista no n.º 1 do artigo 24.º, e respetivos pressupostos, incluindo os pressupostos de determinação das contrapartidas financeiras a atribuir aos centros de receção dos SGRU e da distribuição e operadores responsáveis pelo tratamento de REEE;

2FCEA28-DE5B43D6-9D18-715F3D83C1331



Ministério d.....



Decreto n.º

r) Descrição do circuito económico concebido para a gestão dos REEE, incluindo informação detalhada relativa aos diversos fluxos financeiros e as bases relativas à receita ou custo associado aos vários destinos possíveis, nomeadamente a reciclagem e a valorização, incluindo a preparação para reutilização.

4- No âmbito do requerimento previsto no número anterior, a entidade gestora deve evidenciar que realizou as necessárias consultas às partes interessadas com vista ao planeamento da atividade do sistema coletivo, nomeadamente assegurando as condições de articulação previstas nas alíneas *k*) e *l*) do número anterior.

Artigo 26.º

Obrigações de informação

1- Para efeitos de acompanhamento do sistema coletivo, a entidade gestora deve apresentar à APA, I.P., e à DGAE, nos termos definidos na sua licença:

- a) Um relatório anual de atividades, até 15 de abril do ano imediato àquele a que se reporta, evidenciando as ações executadas e respetivos resultados;
- b) Um relatório trimestral de atividade, até ao final do mês seguinte ao trimestre a que se reporta, contendo os indicadores de desempenho devidamente atualizados.

2- Sem prejuízo das obrigações de informação previstas no número anterior, a entidade gestora procede ao registo anual de informação no SIRER, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na sua redação atual, bem como à prestação de informação adicional sempre que formalmente solicitada pela APA, I.P.

3- A entidade gestora deve publicitar no seu portal institucional informação relativa às atividades e resultados alcançados, tendo em atenção as diferentes necessidades dos parceiros e intervenientes no sistema coletivo, nos termos a definir na sua licença.



Ministério d.....



Decreto n.º

- 4- A entidade gestora deve demonstrar anualmente a satisfação e o cumprimento das obrigações do sistema coletivo com informação devidamente auditada por entidade independente, nas vertentes técnica-ambiental e económico-financeira, de acordo com os requisitos a definir pela APA, I.P..
- 5- Sem prejuízo do número anterior, e sempre que considere necessário e de acordo com os requisitos por si definidos, a APA, I.P., pode determinar a realização de auditorias, nos termos do n.º 5 do artigo 51.º-A do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, cujos custos são suportados pela entidade gestora.

Artigo 27.º

Mecanismo de compensação entre entidades gestoras

- 1 - Sempre que uma entidade gestora assume a responsabilidade pela gestão de REEE da competência de outra entidade gestora, por referência à respetiva quota de mercado, aquela tem direito a ser compensada.
- 2 - Para efeitos do número anterior, é constituída uma câmara de compensação, a funcionar no âmbito do centro de coordenação e registo previsto no capítulo VII.

Secção II

Sistema individual de gestão de REEE

Artigo 28.º

Sistema individual

- 1 - Em alternativa ao sistema coletivo previsto no artigo 21.º, os produtores de EEE podem optar por assumir as suas obrigações, no âmbito do presente decreto-lei, a título individual, carecendo para o efeito de uma autorização específica da APA, I.P., nos termos a definir e a divulgar por esta.



Ministério d.....



Decreto n.º

- 2 - O regime estabelecido para o sistema coletivo é aplicável, com as necessárias adaptações, ao sistema individual de gestão de REEE.
- 3 - Os produtores que optem pela gestão de REEE a título individual devem prestar uma garantia bancária a favor da entidade referida no n.º 2 do artigo 34.º, nos termos estabelecidos pela APA, I.P., a fim de evitar que os custos da gestão de REEE recaiam sobre a sociedade ou sobre os restantes produtores.

CAPÍTULO V

Sensibilização e Informação

Artigo 29.º

Sensibilização e informação dos utilizadores

- 1 - Os produtores podem discriminar nas tabelas de preços e na fatura de venda de EEE os custos de gestão dos respetivos resíduos, não podendo exceder os custos estimados, sendo esta faculdade aplicável ao longo de toda a cadeia de comércio até ao utilizador final.
- 2 - Os produtores, individualmente ou através de uma entidade gestora licenciada nos termos do artigo 25.º, bem como os distribuidores, devem prestar aos utilizadores particulares as informações necessárias, nomeadamente nas instruções de utilização, nas embalagens, nos pontos de venda e/ou através de campanhas de sensibilização, sobre:
 - a) A obrigação de não depositar REEE como resíduos urbanos indiferenciados e de proceder à sua recolha seletiva;
 - b) A sua contribuição para a reutilização de EEE e para a reciclagem e outras formas de valorização dos REEE;
 - c) Os sistemas de recolha disponíveis;



Ministério d.....



Decreto n.º

- d) Os potenciais efeitos sobre o ambiente e a saúde humana resultantes da presença de substâncias perigosas nos EEE;
- e) O significado do símbolo apresentado no Anexo VII ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante;
- f) As funções do sistema de gestão de REEE adotado.

- 3 - Sem prejuízo do número anterior, os SGRU, dadas as suas competências legais bem como a sua proximidade com os utilizadores finais, devem igualmente colaborar na sensibilização e informação destes.
- 4 - Os produtores, os distribuidores e os SGRU devem manter um registo que evidencie as ações desenvolvidas nos termos dos n.ºs 2 e 3, disponibilizando-os mediante solicitação da APA, da DGAE ou das entidades fiscalizadoras.
- 5 - Os EEE colocados no mercado, em território nacional, devem ostentar uma marcação com o símbolo apresentado no Anexo IX, para além da eventual necessidade de marcação nos termos do n.º 5 do artigo 30.º.
- 6 - Caso a dimensão ou função dos EEE não permita a marcação nos termos do número anterior, o símbolo deve ser impresso na embalagem, nas instruções de utilização e na garantia dos EEE.

Artigo 30.º

Informação para instalações de tratamento

- 1 - Os produtores na aceção da subalínea *i)* da alínea *m)* do n.º 1 do artigo 3.º, devem disponibilizar, a título gratuito, por iniciativa própria ou a pedido das entidades que efetuam a preparação para reutilização ou das instalações de tratamento e reciclagem, as necessárias informações sobre a preparação para reutilização e o tratamento em relação a cada novo tipo de EEE colocado no mercado.



Ministério d.....



Decreto n.º

- 2 - As informações previstas no número anterior devem ser disponibilizadas numa língua facilmente compreendida e sob a forma de manuais ou por meios eletrónicos, no prazo de um ano a contar da data de colocação do EEE no mercado.
- 3 - A informação mencionada no n.º 1 deve identificar, desde que possa ser razoavelmente solicitada por qualquer pessoa que desenvolva operações de gestão de resíduos:
- a) Os diversos componentes e materiais dos EEE;
 - b) A localização das substâncias e misturas perigosas contidas nos EEE.
- 2- Os produtores, na aceção das subalíneas *ii)* a *iv)* da alínea *m)* do n.º 1 do artigo 3.º, devem assegurar que a informação prevista no n.º 1 é disponibilizada aos centros que efetuam a preparação para reutilização e às instalações de tratamento e reciclagem, nos termos e prazos previstos no n.º 2.
- 3- Os EEE colocados no mercado após 13 de agosto de 2005, devem ostentar uma marca que permita distingui-los dos EEE colocados no mercado antes da referida data, consistindo essa marca numa barra preta colocada por baixo do símbolo apresentado no Anexo VII, de acordo com as especificações da norma europeia EN 50419.

CAPÍTULO VI

Obrigações de registo

Artigo 31.º

Registo de produtores

- 1 - Todos os produtores de EEE, independentemente do sistema de gestão de REEE por que optarem, estão sujeitos a uma obrigação de registo, de forma a tornar possível acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações e dos objetivos fixados no presente diploma.



Ministério d.....



Decreto n.º

- 2 - Cada produtor, ou cada representante autorizado caso, seja nomeado ao abrigo dos n.ºs 1 ou 2 do artigo 20.º, deve introduzir no ato de registo as informações estabelecidas na Parte A do Anexo VIII ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, comprometendo-se a atualizá-las conforme necessário.
- 3 - Cada produtor, ou cada representante autorizado caso seja nomeado ao abrigo dos n.ºs 1 ou 2 do artigo 20.º, deve fornecer periodicamente as informações estabelecidas na Parte B do Anexo VIII.
- 4 - Sem prejuízo do número anterior, o representante autorizado deve fornecer periodicamente informação sobre os distribuidores a quem fornece EEE, bem como as respetivas quantidades e categorias de EEE colocadas no mercado.
- 5 - Os produtores devem identificar o respetivo número de registo nas faturas que emitem e nos documentos de transporte.
- 6 - Os produtores que fornecem EEE através de técnicas de comunicação à distância, tal como definidos na subalínea *ii)* da alínea *m)* do n.º 1 do artigo 3.º, também estão sujeitos às obrigações constantes nos números anteriores.
- 7 - Os produtores podem cumprir as obrigações previstas nos n.os 2 e 3 individualmente ou através de uma entidade gestora licenciada nos termos do artigo 25.º

Artigo 32.º

Registo de intervenientes na recolha

1 - Para efeitos da aferição do cumprimento da taxa nacional de recolha de REEE estabelecida no artigo 5.º, estão sujeitos a registo, bem como a reporte periódico de dados, os seguintes intervenientes na recolha seletiva:

- a) Produtores, individualmente ou através de uma entidade gestora licenciada nos termos do artigo 25.º;
- b) Distribuidores;



Ministério d.....



Decreto n.º

- c) Operadores de gestão de resíduos;
- d) Sistemas de gestão de resíduos urbanos;
- e) Entidades que desenvolvam ações ou campanhas de recolha de REEE, nos termos do n.º 2 do artigo 9.º;
- f) Outras pessoas singulares ou coletivas que procedam à recolha de REEE.

2 - Para efeitos do reporte periódico previsto no número anterior, os intervenientes na recolha seletiva devem manter registos cronológicos, nomeadamente, da quantidade, em unidades e/ou peso, de REEE recolhidos, bem como da sua origem e destino, devendo os registos ser preservados por um período mínimo de 3 anos e disponibilizados às autoridades competentes sempre que solicitado.

3 - As entidades sujeitas a registo previstas nas alíneas *b)* a *f)* do n.º 1 podem cumprir a obrigação de reporte periódico de informação por via das entidades gestoras referidas no artigo 21.º, desde que tal esteja previsto em sede contratual.

Artigo 33.º

Entidade competente para o registo

As funções de registo de produtores de EEE e de registo de REEE recolhidos previstas, respetivamente, nos artigos 31.º e 32.º, são exercidas pela entidade referida no n.º 2 do artigo 34.º.

{2FCE4A28-DE5B-43D6-9D78-15F3D83C733}



Ministério d.....



Decreto n.º

CAPÍTULO VII

Centro de coordenação e registo

Artigo 34.º

Natureza e constituição

- 1 - As competências previstas no artigo 37.º são asseguradas por um centro de coordenação e registo, constituído para o efeito e composto, exclusivamente, pelas entidades gestoras dos sistemas coletivos de gestão de REEE e por associações de produtores e de distribuidores que, individualmente, representem todas as categorias de EEE.
- 2 - O centro de coordenação e registo é uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, cujos resultados contabilísticos devem ser obrigatoriamente reinvestidos ou utilizados na sua atividade ou atividades conexas, podendo ser constituídos em provisões ou reservas para operações futuras, sendo expressamente vedada a distribuição de resultados, dividendos ou lucros pelos seus membros, acionistas, sócios ou associados.
- 3 - As atividades a desenvolver no âmbito do centro de coordenação e registo estão vinculadas ao dever de confidencialidade das informações que constituam segredo comercial ou industrial.
- 4 - O centro de coordenação e registo deve integrar um Conselho Consultivo, cuja constituição e competências são definidas através de despacho dos membros do governo com atribuições nas áreas do ambiente e da economia.
- 5 - O centro de coordenação e registo deve estar licenciado e operacional no prazo de 1 ano após a entrada em vigor do presente decreto-lei.

{2FCE4A28-DE5B-43D6-9D18-715E3D83C133}



Ministério d.....



Decreto n.º

Artigo 35.º

Financiamento do centro de coordenação e registo

Todos os intervenientes na atividade do centro de coordenação e registo são corresponsáveis pelo seu financiamento, nos termos a definir na licença prevista no n.º 1 do artigo 36.º.

Artigo 36.º

Licenciamento do centro de coordenação e registo

- 1 - Para exercer as funções de centro de coordenação e registo, a entidade referida no n.º 2 do artigo 34.º carece de licença, a conceder por despacho dos membros do governo com atribuições nas áreas do ambiente e da economia.
- 2 - A concessão da licença para o exercício da atividade de centro de coordenação e registo depende da capacidade técnica e financeira da entidade para a realização das funções em causa, no âmbito das competências previstas no artigo 37.º.
- 3 - O requerimento de licenciamento previsto no n.º 1 é apresentado à APA, I.P., no prazo de 4 meses após a entrada em vigor do presente decreto-lei, e deve incluir, designadamente:
 - a) Estatutos constitutivos e mapa de pessoal;
 - b) Modelo organizacional;
 - c) Objeto e âmbito da atividade;
 - d) Descrição pormenorizada dos procedimentos de registo de informação por parte dos vários intervenientes;
 - e) Mecanismos de tratamento de informação;
 - f) Modelo de financiamento;



Ministério d.....



Decreto n.º

- g)* Mecanismos de monitorização e controlo;
- b)* Procedimentos de articulação com outras entidades relevantes para a atividade do centro de coordenação e registo;
- i)* Procedimentos de informação periódica à APA, I.P., às entidades fiscalizadoras e a outras entidades públicas com atribuições em matéria de gestão de REEE;
- j)* Meios de disponibilização pública da informação recolhida e dos resultados da atividade;
- k)* Mecanismos para garantir a integridade, segurança e confidencialidade do sistema.

4 - O licenciamento previsto no n.º 1 está sujeito ao pagamento de uma taxa fixada em € 25.000, destinada a custear os encargos administrativos que lhe são inerentes, aplicando-se igualmente uma taxa de averbamento resultante da alteração das condições da licença, fixada em € 1.000.

Artigo 37.º

Competências do centro de coordenação e registo

1 - Compete ao centro de coordenação e registo:

- a)* Registrar os produtores de EEE, nos termos do artigo 31.º;
- b)* Registrar os intervenientes na recolha de REEE, nos termos do artigo 32.º;
- c)* Aplicar o mecanismo de compensação entre entidades gestoras, nos termos do artigo 27.º;
- d)* Coordenar de ações de interesse geral;
- e)* Controlar e monitorizar.



Ministério d.....



Decreto n.º

2 - No âmbito da competência prevista na alínea *a)* do número anterior, devem ser garantidas, nomeadamente, as seguintes funções:

- a)* Assegurar o registo obrigatório de produtores de EEE, disponibilizando um sistema de registo eficiente e expedito, em língua portuguesa e também em língua inglesa, que permita aos produtores, incluindo os que fornecem EEE através de venda por comunicação à distância, introduzir, por via eletrónica, as informações previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 31.º;
- b)* Executar todas as atividades conexas com o registo, nomeadamente o tratamento de informação relativa às categorias e quantidades (em unidades e peso) de EEE colocados em território nacional;
- c)* Aferir e acompanhar a evolução das quotas de mercado dos sistemas de gestão coletivos e individuais;
- d)* Gerir a obrigação de apresentação de mandato por parte do produtor que nomeie um representante autorizado, nos termos do artigo 20.º;
- e)* Desenvolver e colaborar em ações com o objetivo de identificar produtores não registados e cancelar o registo de produtores em incumprimento, comunicando às entidades públicas competentes as violações da obrigação de registo;
- f)* Gerir as garantias bancárias aplicáveis aos sistemas individuais, prestadas nos termos do n.º 3 do artigo 28.º;
- g)* Promover a cooperação administrativa e a troca de informações com as entidades congéneres de registo, privilegiando os meios eletrónicos de comunicação, e prever ligações aos outros registos nacionais no seu sítio na *internet*.

12FCE4A28-DE5B43D6-9D18-715F3D83C1331



Ministério d.....



Decreto n.º

3 - No âmbito da competência prevista na alínea *b)* do n.º 1 devem ser garantidas, nomeadamente, as seguintes funções:

- a)* Assegurar o registo obrigatório das entidades intervenientes na recolha de REEE, disponibilizando um sistema de registo eficiente e expedito, que permita introduzir, por via eletrónica, as informações relevantes;
- b)* Executar todas as atividades conexas com o registo, nomeadamente o tratamento de informação relativa às quantidades de REEE recolhidos;
- c)* Prestar apoio à APA, I.P., na aferição da meta de recolha nacional e no controlo do cumprimento das responsabilidades de recolha atribuídas aos diversos intervenientes;
- d)* Registo dos REEE recusados nos termos do n.º 7 do artigo 16.º e devida informação à APA, I.P.

4 - No âmbito da competência prevista na alínea *c)* do n.º 1 devem ser garantidas, nomeadamente, as seguintes funções:

- a)* Estruturar e organizar uma Câmara de Compensação, constituída exclusivamente por representantes das entidades gestoras, que permita gerir de forma eficaz o mecanismo de compensação;
- b)* Estabelecer um modelo de operacionalização do mecanismo de compensação, incluindo a definição do respetivo algoritmo de alocação e a natureza da compensação;
- c)* Definir um algoritmo de alocação que reflita, entre outros aspetos: critérios geográficos, como o âmbito territorial integral e o tipo de meio (urbano, semiurbano, rural); a densidade populacional; as categorias de REEE recolhidos face às correspondentes quotas de mercado; e as recolhas em canais complementares;



Ministério d.....



Decreto n.º

- d) Gerir a alocação das recolhas de REEE aos sistemas de gestão individuais e coletivos, assegurando condições operacionais harmonizadas e equitativas;
- e) Mediar e supervisionar a efetivação das compensações entre entidades gestoras.

5 - No âmbito da competência prevista na alínea d) do n.º 1 devem ser garantidas, nomeadamente, as seguintes funções:

- a) Elaborar uma estratégia de sensibilização e informação nacional e coordenar a participação dos produtores em ações comuns;
- b) Coordenar a participação dos produtores em projetos de investigação e desenvolvimento e em estudos técnicos de interesse geral para a gestão de REEE;
- c) Coordenar outras ações nacionais de interesse geral no âmbito do fluxo de gestão de REEE, nomeadamente relacionadas com a eco-conceção dos EEE e a prevenção;
- d) Participar na definição de requisitos e procedimentos harmonizados, nomeadamente as regras para o cálculo da meta de recolha e dos objetivos de valorização, os requisitos de qualidade e eficiência para a recolha e o tratamento de REEE, incluindo a preparação para reutilização, e o desenvolvimento de critérios técnicos de modulação das prestações financeiras;
- e) Implementar e gerir uma base de dados nacional relativa aos locais de recolha, nos termos do n.º 5 do artigo 16.º

6 - No âmbito da competência estabelecida na alínea e) do n.º 1, deve ser prevista a constituição e funcionamento de uma comissão de acompanhamento, responsável pelo controlo integrado e a monitorização no âmbito das atividades do centro de coordenação e registo, e que preveja a integração da APA, I.P., e da DGAE bem como das entidades fiscalizadoras.



Ministério d.....



Decreto n.º

Artigo 38.º

Obrigações de informação

1- Para efeitos de acompanhamento da atividade do centro de coordenação e registo, a entidade referida no n.º 2 do artigo 34.º deve apresentar à APA, I.P., e à DGAE, nos termos a definir na sua licença:

- a) Um relatório anual de atividades, até 15 de abril do ano imediato a que se reporta, evidenciando as ações executadas e respetivos resultados;
- b) Um relatório trimestral de atividade, até ao final do mês seguinte ao trimestre a que se reportam.

2- A entidade referida no n.º 2 do artigo 34.º deve publicitar no seu portal institucional informação relativa às atividades e resultados alcançados, tendo em atenção as diferentes necessidades dos parceiros e intervenientes no centro de coordenação e registo, nos termos a definir na sua licença.

3- A entidade responsável pelo centro de coordenação e registo deve demonstrar anualmente a satisfação e o cumprimento das obrigações estabelecidas na sua licença com informação devidamente auditada por entidade independente, de acordo com os requisitos a definir pela APA, I.P.

CAPÍTULO VIII

Fiscalização e regime contraordenacional

Artigo 39.º

Proibição de colocação no mercado

1- É proibida a colocação de EEE no mercado quando:

- a) O produtor não esteja registado conforme exigido no n.º 1 do artigo 31.º;



Ministério d.....



Decreto n.º

- b)* O produtor não tenha, para a categoria de EEE em específico, um sistema individual autorizado e não tenha transferido a responsabilidade pelos REEE para uma entidade gestora do sistema coletivo.
- 2 - É proibida a disponibilização de EEE no mercado quando os mesmos não venham acompanhados das marcações impostas por lei ou quando se verificar qualquer das condições previstas nas alíneas *a)* e *b)* do número anterior.

Artigo 40.º

Fiscalização

- 1 - A fiscalização do cumprimento do disposto no presente decreto-lei cabe, no âmbito das respetivas competências, à Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e ao Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana (SEPNA).
- 2 - O disposto no número anterior não prejudica o exercício dos poderes de fiscalização e polícia que competem às demais autoridades públicas.
- 3 - A APA, I.P., a DGAE e as entidades referidas nos n.ºs 1 e 2 devem cooperar entre si de modo a assegurarem a aplicação do presente decreto-lei, nomeadamente, através da troca de informações.

Artigo 41.º

Contraordenações ambientais

- 1 - Constitui contraordenação ambiental muito grave, punível nos termos do regime aplicável às contraordenações ambientais, previsto na Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 89/2009, de 31 de agosto, a prática dos seguintes atos:

- a)* O incumprimento da obrigação de encaminhamento de REEE nos termos do n.º 6 do artigo 8.º;



Ministério d.....



Decreto n.º

- b) A recolha de REEE por entidade não autorizada nos termos do n.º 1 do artigo 9.º;
- c) O transporte de REEE por entidade não autorizada nos termos do n.º 1 do artigo 10.º;
- d) O incumprimento das obrigações de tratamento adequado de REEE nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º;
- e) O tratamento de REEE sem a devida qualificação nos termos do n.º 4 do artigo 12.º;
- f) A recolha e o tratamento de REEE em violação dos requisitos ou normas previstos, respetivamente, no n.º 3 do artigo 8.º e no n.º 3 do artigo 12.º;
- g) A não apresentação pela entidade gestora do contrato e da garantia de conformidade previstos no n.º 4 do artigo 13.º;
- h) O incumprimento por parte da entidade gestora dos princípios, normas e requisitos constantes da garantia de conformidade em violação do disposto no n.º 4 do artigo 13.º;
- i) A tentativa de transferência ilegal nos termos do n.º 2 do artigo 15.º;
- j) O incumprimento das obrigações de receção e transporte previstas no artigo 16.º;
- k) O incumprimento das obrigações previstas no n.º 1 do artigo 16.º e no artigo 18.º;
- l) A violação do dever de confidencialidade prevista no n.º 3 do artigo 34.º.

2 - Constitui contraordenação ambiental grave, punível nos termos do regime aplicável às contraordenações ambientais, previsto na Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na sua redação atual, a prática dos seguintes atos:

- a) O incumprimento da obrigação de aplicação de requisitos de conceção ecológica prevista no n.º 2 do artigo 4.º;



Ministério d.....



Decreto n.º

- b) A armazenagem e tratamento de REEE em violação dos requisitos previstos no n.º 2 do artigo 12.º;
- c) O incumprimento da obrigação de assegurar a separação dos REEE a preparar para reutilização, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º;
- d) O incumprimento do dever de assegurar o correto encaminhamento dos REEE nos termos do n.º 2 do artigo 16.º;
- e) O incumprimento das obrigações de encaminhamento de REEE nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 13.º e no n.º 8 do artigo 16.º;
- f) A violação das condições estabelecidas na licença ou autorização referidas no n.º 1 do artigo 25.º e no n.º 1 do artigo 28.º;
- g) A violação das condições estabelecidas na licença referida no n.º 1 do artigo 36.º

3 - Constitui contraordenação ambiental leve, punível nos termos do regime aplicável às contraordenações ambientais, previsto na Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na sua redação atual, a prática dos seguintes atos:

- a) O incumprimento da manutenção de registos e da garantia de rastreabilidade dos REEE, em violação dos n.ºs 5 e 6 do artigo 6.º;
- b) O incumprimento da obrigação de reporte nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 12.º;
- c) O incumprimento do dever de informar previamente a APA, em violação do disposto no n.º 4 do artigo 9.º e no n.º 4 do artigo 13.º;
- d) O incumprimento das obrigações de registo e rastreabilidade da informação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 13.º e no n.º 8 do artigo 16.º;
- e) O incumprimento da obrigação prevista no n.º 10 do artigo 24.º;
- f) O incumprimento das obrigações de informação previstas nos artigos 26.º e 38.º;



Ministério d.....



Decreto n.º

- g)* O incumprimento da obrigação de prestação de informação nos termos dos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 30.º;
- b)* O incumprimento da obrigação de registo prevista no n.º 1 do artigo 32.º
- i)* A omissão do dever de reporte periódico de dados ou a errada transmissão deste, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º;
- j)* O incumprimento da manutenção de registos cronológicos nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º.

4 - A tentativa e a negligência são puníveis.

5 - O produto das coimas previstas no presente artigo é repartido de acordo com o disposto no artigo 73.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na sua redação atual.

Artigo 42.º

Outras contraordenações

1 - Sem prejuízo das contraordenações ambientais previstas no artigo anterior, constitui contraordenação, nos termos do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 356/89, de 17 de outubro, 244/95, de 14 de Setembro, e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, punível com coima de € 1.250,00 a € 3.740,00 ou de € 2.500,00 a € 44.890,00 EUR, consoante o agente seja pessoa singular ou coletiva:

- a)* O incumprimento do dever de assegurar os custos previstos no n.º 3 do artigo 15.º;
- b)* A colocação no mercado de EEE sem que tenha sido assegurada a obrigação de nomeação de um representante autorizado, em violação do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 20.º;
- c)* O incumprimento do dever de informação previsto no n.º 6 do artigo 20.º;



Ministério d.....



Decreto n.º

- d)* O incumprimento da obrigação de disponibilização da declaração prevista na alínea *b)* do n.º 8 do artigo 20.º;
- e)* A violação da proibição prevista no n.º 7 do artigo 24.º;
- f)* A indicação de custos de gestão de REEE superiores aos custos reais, em violação do disposto do n.º 1 do artigo 29.º;
- g)* A colocação no mercado de EEE sem as marcações exigidas nos termos dos n.ºs 5 e 6 do artigo 29.º e do n.º 5 do artigo 30.º;
- h)* A colocação no mercado de EEE sem que tenha sido assegurada a obrigação de registo prevista no n.º 1 do artigo 31.º;
- i)* A violação da obrigação de identificação do número de registo nas faturas e nos documentos de transporte, nos termos do n.º 5 do artigo 31.º;
- j)* O incumprimento das obrigações de comunicação de informação ou a errada transmissão desta, nos termos dos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 31.º;
- k)* A violação da proibição de colocação no mercado de EEE, nos termos do n.º 1 do artigo 39.º;
- l)* A violação da proibição de disponibilização no mercado de EEE, nos termos do n.º 2 do artigo 39.º

2 - A tentativa e a negligência são puníveis nos termos gerais aplicáveis.

3 - O produto das coimas previstas no presente artigo é distribuído da seguinte forma:

- a)* 60 % para o Estado;
- b)* 20 % para a entidade que aplique a coima;
- c)* 10 % para a entidade autuante;
- d)* 10 % para a DGAE.



Ministério d.....



Decreto n.º

Artigo 43.º

Apreensão cautelar e sanções acessórias

- 1 - A entidade competente pode, sempre que necessário, determinar a apreensão provisória de bens e documentos, nos termos previstos no artigo 42.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na sua redação atual, ou a apreensão de objetos nos termos previstos no artigo 48.º-A do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua redação atual.
- 2 - Sempre que a gravidade da infração o justifique, pode ainda a entidade competente, simultaneamente com a coima, determinar a aplicação das sanções acessórias que se mostrem adequadas, nos termos previstos na Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na sua redação atual, ou no Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua redação atual.

Artigo 44.º

Instrução e decisão dos processos

- 1 - Compete à IGAMAOT, à ASAE e à AT, a instrução dos processos de contraordenação instaurados no âmbito do presente decreto-lei, bem como a aplicação das correspondentes coimas e sanções acessórias.
- 2 - Quando a entidade autuante não tenha competência para instruir o processo, este é instruído e decidido pela IGAMAOT, que dará conhecimento das decisões às entidades autuantes.

{2FCE4A28-DE5B-43D6-9D18-715F3D83C133}



Ministério d.....



Decreto n.º

CAPÍTULO IX

Disposições complementares, transitórias e finais

Artigo 45.º

Norma transitória

- 1- Os EEE pertencentes às categorias definidas no Anexo I e cuja lista indicativa é a constante do Anexo II, previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º, estão abrangidos pelo disposto no presente decreto-lei até 14 de agosto de 2018.
- 2- Até à emissão de nova licença, mantêm-se em vigor as licenças atribuídas às entidades gestoras de REEE, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro.
- 3- O requerimento previsto no n.º 3 do artigo 25.º deve ser apresentado no prazo máximo de 3 meses após a data da entrada em vigor do presente decreto-lei.
- 4- A licença atribuída à entidade de registo de produtores de EEE nos termos do n.º 4 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro, na sua redação atual, mantêm-se em vigor até à entrada em funcionamento do registo efetuado no centro de coordenação e registo, nos termos do disposto no artigo 33.º.
- 5- A entidade responsável pelo centro de coordenação e registo, prevista no n.º 1 do artigo 34.º, é herdeira do património material e imaterial da Associação Nacional para o Registo de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (ANREEE), no que diz respeito à atividade de registo de produtores de EEE licenciada por despacho do Diretor-Geral da APA de 24 de Março de 2011.



Ministério d.....



Decreto n.º

Artigo 46.º

Regiões Autónomas

- 1 - Sem prejuízo das especificidades decorrentes da estrutura própria da administração regional autónoma, o presente decreto-lei é aplicável às Regiões Autónomas.
- 2 - Para efeitos do número anterior, a APA, I.P. solicita aos organismos das administrações regionais o respetivo parecer, nomeadamente, em relação:
 - a) Ao requerimento de licenciamento do sistema coletivo previsto no n.º 3 do artigo 25.º;
 - b) À autorização específica do sistema individual prevista no n.º 1 do artigo 28.º;
 - c) À definição da fórmula de cálculo prevista no n.º 2 do artigo 24.º e sua revisão;
 - d) Ao requerimento de licenciamento do centro de coordenação e registo previsto no n.º 3 do artigo 36.º.
- 3 - Sem prejuízo do número anterior, os serviços e organismos das respetivas administrações regionais devem remeter à APA, I.P., sempre que esta o solicite ou sempre que considerem relevante, as informações necessárias no sentido de assegurar a melhor aplicação do presente decreto-lei no território nacional.
- 4 - Os organismos competentes das administrações regionais integrarão o Conselho Consultivo e a Comissão de Acompanhamento estabelecidos, respetivamente, no n.º 4 do artigo 34.º e no n.º 6 do artigo 37.º
- 5 - As quantias resultantes da aplicação das respetivas coimas pelas Regiões Autónomas constituem receita própria.

12FCE4A28-DE5B-43D6-9D18-715F3D83C7337



Ministério d.....



Decreto n.º

Artigo 47.º

Norma revogatória

São revogados:

- a) O Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 174/2005, de 25 de outubro, 178/2006, de 5 de setembro, 132/2010, de 17 de dezembro, 73/2011, de 17 de junho, e 79/2013, de 11 de junho;
- b) O n.º 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, na parte referente às licenças atribuídas às entidades de registo no âmbito do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de dezembro, mantendo-se o mesmo em vigor quanto às licenças atribuídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de janeiro.

Artigo 48.º

Produção de efeitos

O presente decreto-lei produz efeitos:

- a) A partir do dia 15 de agosto de 2018 no que se refere às categorias de EEE previstas na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º;
- b) A partir de 14 de fevereiro de 2014 para as restantes normas.

{2FCE4A28-DE5B-43D6-9D18-715F3D83C133}



Ministério d.....



Decreto n.º

Artigo 49.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de

{2FCE4A28-DE5B-43D6-9D18-115F3D83C133}



Ministério d



Decreto n.º

ANEXO I

Lista indicativa de equipamentos elétricos e eletrónicos abrangidos pelas categorias previstas na alínea a) do n.º1 do artigo 2.º, referida no n.º2 do artigo 2.º

Categoria 1: Grandes eletrodomésticos:

- a) Grandes aparelhos de arrefecimento;
- b) Frigoríficos;
- c) Congeladores;
- d) Outros grandes aparelhos utilizados na refrigeração, conservação e armazenamento de alimentos;
- e) Máquinas de lavar roupa;
- f) Secadores de roupa;
- g) Máquinas de lavar loiça;
- h) Fogões;
- i) Fornos elétricos;
- j) Placas de fogão elétricas;
- k) Micro-ondas;
- l) Outros grandes aparelhos utilizados para cozinhar ou transformar os alimentos;
- m) Aparelhos de aquecimento elétricos;
- n) Radiadores elétricos;
- o) Outros aparelhos de grandes dimensões para aquecimento de casas, de camas, de mobiliário para sentar;

12FCE4F28-DE5B-43D6-9D18-715F3D83C1337



Ministério d.....



Decreto n.º

- p)* Ventoinhas elétricas;
- q)* Aparelhos de ar condicionado;
- r)* Outros equipamentos de ventilação, ventilação de exaustão e condicionamento.

Categoria 2: Pequenos eletrodomésticos:

- a)* Aspiradores;
- b)* Aparelhos de limpeza de alcatifas;
- c)* Outros aparelhos de limpeza;
- d)* Aparelhos utilizados na costura, tricô, tecelagem e outras formas de transformar os têxteis;
- e)* Ferros de engomar e outros aparelhos para engomar, calandrar e tratar o vestuário;
- f)* Torradeiras;
- g)* Fritadeiras;
- h)* Moinhos, máquinas de café e aparelhos para abrir ou fechar recipientes ou embalagens;
- i)* Facas elétricas;
- j)* Aparelhos para cortar o cabelo, secadores de cabelo, escovas de dentes elétricas, máquinas de barbear, aparelhos de massagem e outros aparelhos para o cuidado do corpo;
- k)* Relógios de sala, relógios de pulso e aparelhos para medir, indicar ou registar o tempo;
- l)* Balanças;



Ministério d.....



Decreto n.º

Categoria 3: Equipamentos informáticos e de telecomunicações:

- a) Processamento centralizado de dados;
- b) Macrocomputadores (*mainframes*);
- c) Minicomputadores;
- d) Unidades de impressão;
- e) Equipamentos informáticos pessoais;
- f) Computadores pessoais (CPU, rato, ecrã e teclado incluídos);
- g) Computadores portáteis «*laptop*» (CPU, rato, ecrã e teclado incluídos);
- h) Computadores portáteis «*notebook*»;
- i) Computadores portáteis «*notepad*»;
- j) Impressoras;
- k) Copiadoras;
- l) Máquinas de escrever elétricas e eletrónicas;
- m) Calculadoras de bolso e de secretária;
- n) Outros produtos ou equipamentos para recolher, armazenar, tratar, apresentar ou comunicar informações por via eletrónica;
- o) Sistemas e terminais de utilizador;
- p) Telecopiadoras (fax);
- q) Telex;
- r) Telefones;
- s) Postos telefónicos públicos;
- t) Telefones sem fios;



Ministério d



Decreto n.º

- n)* Telefones celulares;
- o)* Atendedores automáticos;
- p)* Outros produtos ou equipamentos para transmitir som, imagens ou outras informações por telecomunicação.

Categoria 4: Equipamentos de consumo e painéis foto voltaicos:

- a)* Aparelhos de rádio;
- b)* Aparelhos de televisão;
- c)* Câmaras de vídeo;
- d)* Gravadores de vídeo;
- e)* Gravadores de alta-fidelidade;
- f)* Amplificadores áudio;
- g)* Instrumentos musicais;
- h)* Outros produtos ou equipamentos para gravar ou reproduzir o som ou a imagem, incluindo sinais ou outras tecnologias de distribuição do som e da imagem por outra via que não a telecomunicação;
- i)* Painéis fotovoltaicos .

Categoria 5: Equipamentos de iluminação:

- a)* Luminárias para lâmpadas fluorescentes (com exceção dos aparelhos de iluminação domésticos);
- b)* Lâmpadas fluorescentes clássicas;
- c)* Lâmpadas fluorescentes compactas;
- d)* Lâmpadas de descarga de alta intensidade, incluindo lâmpadas de sódio sob pressão e lâmpadas de haletos metálicos;



Ministério d.....



Decreto n.º

- e) Lâmpadas de sódio de baixa pressão;
- f) Outras luminárias ou equipamento destinado a difundir ou controlar a luz (com exceção das lâmpadas de incandescência).

Categoria 6: Ferramentas elétricas e eletrônicas (com exceção de ferramentas industriais fixas de grandes dimensões):

- a) Berbequins;
- b) Serras;
- c) Máquinas de costura;
- d) Equipamento para torneiar, fresar, lixar, triturar, serrar, cortar, tosar, brocar, fazer furos, puncionar, dobrar, encurvar, ou para processos similares de tratamento de madeira, metal e outros materiais;
- e) Ferramentas para rebitar, pregar ou aparafusar ou remover rebites, pregos ou parafusos, ou para usos semelhantes;
- f) Ferramentas para soldar ou usos semelhantes;
- g) Equipamento para pulverizar, espalhar, dispersar ou para tratamento com substâncias líquidas ou gasosas por outros meios;
- h) Ferramentas para cortar relva ou para outras atividades de jardinagem.

Categoria 7: Brinquedos e equipamento de desporto e lazer:

- a) Conjuntos de comboios elétricos ou de pistas de carros de corrida;
- b) Consolas de jogos de vídeo portáteis;
- c) Jogos de vídeo;
- d) Computadores para ciclismo, mergulho, corrida, remo, e outras atividades desportivas;



Ministério d.....



Decreto n.º

- e) Equipamento desportivo com componentes elétricos ou eletrónicos;
- f) Caça-níqueis (*slot machines*).

Categoria 8: Aparelhos médicos (com exceção de todos os produtos implantados e infetados):

- a) Equipamentos de radioterapia;
- b) Equipamentos de cardiologia;
- c) Equipamentos de diálise;
- d) Ventiladores pulmonares;
- e) Equipamentos de medicina nuclear;
- f) Equipamentos de laboratório para diagnóstico *in vitro*;
- g) Analisadores;
- h) Congeladores;
- i) Testes de fertilização;
- j) Outros aparelhos para detetar, evitar, controlar, tratar, aliviar doenças, lesões ou deficiências.

Categoria 9: Instrumentos de monitorização e controlo:

- a) Detetores de fumo;
- b) Reguladores de aquecimento;
- c) Termóstatos;
- d) Aparelhos de medição, pesagem ou regulação para uso doméstico ou como equipamento laboratorial;

2FCE4F28-DE5B-43D6-9D18-715F3D83C1337



Ministério d.....



Decreto n.º

- e) Outros instrumentos de controlo e comando utilizados em instalações industriais (por exemplo, em painéis de comando).

Categoria 10: Distribuidores automáticos:

- a) Distribuidores automáticos de bebidas quentes;
- b) Distribuidores automáticos de garrafas ou latas quentes ou frias;
- c) Distribuidores automáticos de produtos sólidos;
- d) Distribuidores automáticos de dinheiro;
- e) Todos os aparelhos que forneçam automaticamente todo o tipo de produtos.

{2FCE4A28-DE5B-43D6-9D18-715F3D83C133}



Ministério d.....



Decreto n.º

ANEXO II

Lista indicativa de equipamentos elétricos e eletrónicos abrangidos pelas categorias previstas na alínea *b*) do n.º1 do artigo 2.º, referida no n.º2 do artigo 2.º

Categoria 1: Equipamentos de regulação da temperatura:

- a*) Frigoríficos;
- b*) Congeladores;
- c*) Equipamentos de distribuição automática de produtos frios;
- d*) Equipamentos de ar condicionado;
- e*) Equipamentos desumidificadores;
- f*) Bombas de calor;
- g*) Radiadores a óleo;
- h*) Outros equipamentos de regulação da temperatura que utilizem para o efeito outros fluidos que não a água.

Categoria 2: Ecrãs, monitores e equipamentos com ecrãs de superfície superior a 100 cm²

- a*) Ecrãs;
- b*) Aparelhos de televisão;
- c*) Molduras fotográficas;
- d*) LCD;
- e*) Monitores,
- f*) Computadores portáteis «*laptop*»;
- g*) Computadores portáteis «*notebook*».



Ministério d



Decreto n.º

Categoria 3: Lâmpadas

- a) Lâmpadas fluorescentes clássicas;
- b) Lâmpadas fluorescentes compactas;
- c) Lâmpadas fluorescentes;
- d) Lâmpadas de descarga de alta intensidade, incluindo lâmpadas de sódio sob pressão e Lâmpadas de haletos metálicos;
- e) Lâmpadas de sódio de baixa pressão;
- f) LED.

Categoria 4: Equipamentos de grandes dimensões

- a) Máquinas de lavar roupa;
- b) Secadores de roupa;
- c) Máquinas de lavar loiça;
- d) Fogões;
- e) Fornos elétricos;
- f) Placas de fogão elétricas;
- g) Luminárias;
- h) Equipamento para reproduzir sons ou imagens;
- i) Equipamento musical (excluindo tubos de órgãos instalados em igrejas);
- j) Aparelhos utilizados no tricô e tecelagem;
- k) Macrocomputadores (*mainframes*);
- l) Impressoras de grandes dimensões;
- m) Copiadoras de grandes dimensões;

12FCE4A28-DE5B-43D6-9D18-115F3D83C71331



Ministério d.....



Decreto n.º

- n) Caça-níqueis (*slot machines*) de grandes dimensões;
- o) Dispositivos médicos de grandes dimensões;
- p) Instrumentos de monitorização e controlo de grandes dimensões;
- q) Distribuidores automáticos de grandes dimensões que fornecem produtos e dinheiro;
- r) Painéis fotovoltaicos.

Categoria 5: Equipamentos de pequenas dimensões

- a) Aspiradores;
- b) Aparelhos de limpeza de alcatifas;
- c) Aparelhos utilizados na costura;
- d) Luminárias;
- e) Micro-ondas;
- f) Equipamentos de ventilação;
- g) Ferros de engomar;
- h) Torradeiras;
- i) Facas elétricas;
- j) Cafeteiras elétricas;
- k) Relógios;
- l) Máquinas de barbear elétricas;
- m) Balanças;
- n) Aparelhos para cortar o cabelo e outros aparelhos para o cuidado do corpo;
- o) Calculadoras de bolso;

12FCE4A28-DE5B-43D6-9D18-115F3D83C1231



Ministério d.....



Decreto n.º

- p)* Aparelhos de rádio;
- q)* Câmaras de vídeo;
- r)* Gravadores de vídeo;
- s)* Equipamentos de alta-fidelidade;
- t)* Instrumentos musicais;
- u)* Equipamento para reproduzir sons ou imagens;
- v)* Brinquedos elétricos e eletrónicos;
- w)* Equipamentos de desporto;
- x)* Computadores para ciclismo, mergulho, corrida, remo, e outros desportos;
- y)* Detetores de fumo;
- z)* Reguladores de aquecimento;
- aa)* Termóstatos;
- bb)* Ferramentas elétricas e eletrónicas de pequenas dimensões;
- cc)* Dispositivos médicos de pequenas dimensões;
- dd)* Instrumentos de monitorização e controlo de pequenas dimensões;
- ee)* Distribuidores automáticos de pequenas dimensões;
- ff)* Equipamentos de pequenas dimensões com painéis fotovoltaicos integrados.

Categoria 6: Equipamentos informáticos e de telecomunicações de pequenas dimensões
(com nenhuma dimensão externa superior a 50 cm)

- a)* Telemóveis;
- b)* GPS;
- c)* Calculadoras de bolso;



Ministério d.....



Decreto n.º

- d) *Routers*;
- e) Computadores pessoais
- f) Impressoras;
- g) Telefones.

{2FCE4A28-DE5B-43D6-9D18-115F3D83C133}



Ministério d.....



Decreto n.º

ANEXO III

Objetivos mínimos de valorização a que se refere o artigo 6.º

1 - Objetivos mínimos aplicáveis, por categoria, no período compreendido entre 13 de agosto de 2012 e 14 de agosto de 2015 relativamente às categorias enunciadas na alínea *a*) do n.º1 do artigo 2.º, aferidos com base na metodologia de cálculo prevista no n.º 2 do artigo 6.º.

a) Relativamente aos REEE pertencentes às categorias 1 e 10:

i) 80 % devem ser valorizados, e;

ii) 75 % devem ser reciclados;

b) Relativamente aos REEE pertencentes às categorias 3 e 4:

i) 75 % devem ser valorizados, e;

ii) 65 % devem ser reciclados;

c) Relativamente aos REEE pertencentes às categorias 2, 5, 6, 7, 8 e 9:

i) 70 % devem ser valorizados, e;

ii) 50 % devem ser reciclados;

d) Relativamente às lâmpadas de descarga de gás, 80 % devem ser recicladas.

2 - Objetivos mínimos aplicáveis, por categoria, no período compreendido entre 15 de agosto de 2015 e 14 de agosto de 2018 relativamente às categorias enunciadas na alínea *a*) do n.º1 do artigo 2.º, aferidos com base na metodologia de cálculo prevista no n.º 2 do artigo 6.º.

a) Relativamente aos REEE pertencentes às categorias 1 e 10:

i) 85 % devem ser valorizados;

ii) 80 % devem ser preparados para reutilização e reciclados;



Ministério d.....



Decreto n.º

- b) Relativamente aos REEE pertencentes às categorias 3 e 4:
 - i) 80 % devem ser valorizados;
 - ii) 70 % devem ser preparados para reutilização e reciclados;
- c) Relativamente aos REEE pertencentes às categorias 2, 5, 6, 7, 8 e 9:
 - i) 75 % devem ser valorizados;
 - ii) 55 % devem ser preparados para reutilização e reciclados;
- d) Relativamente às lâmpadas de descarga de gás, 80 % devem ser recicladas.

3 - Objetivos mínimos aplicáveis, por categoria a partir de 15 de agosto de 2018 relativamente às categorias enunciadas na alínea b) do n.º1 do artigo 2.º, aferidos com base na metodologia de cálculo prevista no n.º 2 do artigo 6.º.

- a) Relativamente aos REEE pertencentes a categoria 1 e 4:
 - i) 85 % devem ser valorizados;
 - ii) 80 % devem ser preparados para reutilização e reciclados;
- b) Relativamente aos REEE pertencentes à categoria 2:
 - i) 80 % devem ser valorizados;
 - ii) 70 % devem ser preparados para reutilização e reciclados;
- c) Relativamente aos REEE pertencentes à categoria 5 e 6:
 - i) 75 % devem ser valorizados,
 - ii) 55 % devem ser preparados para reutilização e reciclados;
- d) Relativamente aos REEE pertencentes à categoria 3, 80 % devem ser reciclados.



Ministério d.....



Decreto n.º

ANEXO IV

Requisitos técnicos a que se refere o n.º 4 do artigo 8.º e o n.º 2 do artigo 12.º

1 - Locais para armazenagem (incluindo armazenagem preliminar) de REEE antes do tratamento (sem prejuízo do disposto no decreto-lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, retificado pela declaração n.º 74/2009 de 9 de outubro, alterado pelos decretos-leis n.ºs 84/2001, de 20 de junho e 88/2013 de 9 de julho):

- a) Superfícies impermeáveis para áreas adequadas, apetrechadas com sistemas de recolha de derramamentos e, quando apropriado, decantadores e purificadores-desengorduradores;
- b) Cobertura à prova de intempéries para áreas adequadas.

2 - Locais para tratamento de REEE:

- a) Balanças para medição do peso dos resíduos tratados;
- b) Superfícies impermeáveis e coberturas à prova de intempéries para áreas adequadas, apetrechadas com sistemas de recolha de derramamentos e, quando apropriado, decantadores e purificadores-desengorduradores;
- c) Armazenamento adequado de peças sobresselentes desmontadas;
- d) Contentores adequados para armazenamento de pilhas, condensadores com PCB/PCT e outros resíduos perigosos, como resíduos radioativos;
- e) Equipamento para tratamento de águas, de acordo com os regulamentos no domínio da saúde e do ambiente.

12FCEAA28DE5B-43D6-9D18-715F-3D83C7331



Ministério d.....



Decreto n.º

ANEXO V

Tratamento seletivo de materiais e componentes de resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos a que se refere o n.º 2 do artigo 11.º

1 - No mínimo, as substâncias, misturas e componentes a seguir indicados devem ser retirados de todos os REEE recolhidos seletivamente:

- a) Condensadores com policlorobifenilos (PCB) nos termos do Decreto-Lei n.º 277/99, de 23 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2007, de 27 de março e pela declaração de rectificação n.º 43/2007, de 25 de maio;
- b) Componentes contendo mercúrio, como interruptores ou lâmpadas de retroiluminação;
- c) Pilhas e baterias;
- d) Placas de circuitos impressos de telemóveis em geral e de outros aparelhos, se a superfície das placas de circuito impresso for superior a 10 centímetros quadrados;
- e) Cartuchos de toner, líquido e pastoso, bem como de toner de cor;
- f) Plásticos contendo retardadores de chama bromados;
- g) Resíduos de amianto e componentes contendo amianto;
- h) Tubos de raios catódicos;
- i) Clorofluorcarbonetos (CFC), hidroclorofluorcarbonetos (HCFC) hidrofluorcarbonetos (HFC), hidrocarbonetos (HC);
- j) Lâmpadas de descarga de gás;
- k) Ecrãs de cristais líquidos (com a embalagem, sempre que adequado) com uma superfície superior a 100 centímetros quadrados e todos os ecrãs retroiluminados por lâmpadas de descarga de gás;



Ministério d.....



Decreto n.º

- l) Cabos elétricos para exterior;
- m) Componentes contendo fibras cerâmicas refratárias, tal como definidos no Decreto-Lei n.º 209/99, de 11 de junho;
- n) Componentes contendo substâncias radioativas, com exceção dos componentes que estejam abaixo dos limiares de isenção estabelecidos no artigo 3.º e no Anexo I da Diretiva 96/29/Euratom do Conselho, de 13 de maio de 1996, que fixa as normas de segurança de base relativas à proteção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes, transposta para o direito nacional pelo Decreto-lei n.º 140/2005, de 17 de agosto;
- o) Condensadores eletrolíticos que contenham substâncias que causam preocupação (altura: > 25 mm, diâmetro > 25 mm ou volumes de proporções semelhantes).

Estas substâncias, misturas e componentes devem ser eliminados ou valorizados nos termos do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na sua redação atual.

2 - Os componentes a seguir enumerados dos REEE recolhidos seletivamente devem ser tratados conforme indicado:

- a) Tubos de raios catódicos: o revestimento fluorescente deve ser retirado;
- b) Equipamentos contendo gases que empobrecem a camada de ozono ou tenham um potencial de aquecimento global (GWP) superior a 15, como os que se encontram na espuma e nos circuitos de refrigeração: os gases têm de ser devidamente extraídos e devidamente tratados. Os gases que empobrecem a camada de ozono têm que ser devidamente tratados em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1005/2009;
- c) Lâmpadas de descarga de gás: o mercúrio deve ser retirado.



Ministério d.....



Decreto n.º

3 - Atendendo a considerações de carácter ambiental e ao interesse da preparação para reutilização e da reciclagem, os pontos 1 e 2 devem ser aplicados por forma a não impedir uma preparação para reutilização ou reciclagem ambientalmente corretas dos componentes ou aparelhos completos.

{2FCE4A28-DE5B-43D6-9D18-115F3D83C133}



Ministério d.....



Decreto n.º

ANEXO VI

Requisitos mínimos para as transferências de equipamentos elétricos e eletrónicos usados, suspeitos de serem resíduos, a que se refere o n.º 1 do artigo 15.º

1 - Com vista a fazer a distinção entre EEE e REEE, caso o detentor do objeto alegue que pretende transferir ou está a transferir EEE usados e não REEE, este deve dispor da seguinte informação para fundamentar essa alegação:

- a) Cópias da fatura e do contrato referentes à venda e/ou transferência de propriedade dos EEE que indiquem que os equipamentos se destinam a reutilização direta e que estão plenamente funcionais;
- b) Comprovativo da avaliação ou do ensaio, sob a forma de cópia dos registos (certificado do ensaio, prova de funcionalidade), para cada produto da remessa e um protocolo que contenha todas as informações dos registos, como previsto no ponto 3;
- c) Declaração do detentor que organiza o transporte dos EEE especificando que nenhum dos materiais ou equipamentos constantes da remessa é «resíduo» na aceção da alínea *ee)* do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na sua redação atual; e
- d) Evidência de que foram tomadas todas as medidas para assegurar a proteção adequada contra eventuais danos durante o transporte, a carga ou a descarga, especialmente através de embalagens adequadas e de um empilhamento apropriado da carga.

{2FCEA28-DE5B-43D6-9D18-715F3D83C733}



Ministério d.....



Decreto n.º

2 - A título de derrogação, o n.º 1, alíneas *a)* e *b)*, e o ponto 3 não são aplicáveis caso a transferência se encontre devidamente documentada com provas conclusivas de que a mesma se efetua ao abrigo de um acordo de transferência interempresas e que:

- a)* Se trata da devolução ao produtor, ou a um terceiro agindo por conta do mesmo, de EEE defeituoso para reparação, durante o período de garantia, tendo em vista a sua reutilização; ou
- b)* Se trata da devolução ao produtor, ou a terceiros agindo por conta do mesmo, ou a instalações de terceiros situadas em países a que se aplique a Decisão C(2001)107/final do Conselho da OCDE relativa à revisão da Decisão C(92)39/final sobre o controlo dos movimentos transfronteiriços de resíduos destinados a operações de valorização, de EEE usado de utilização profissional para renovação ou reparação ao abrigo de um contrato válido, tendo em vista a sua reutilização; ou
- c)* Se trata da devolução ao produtor, ou a terceiros agindo por conta do mesmo, de EEE usado defeituoso de utilização profissional, como dispositivos ou peças de dispositivos médicos, para análise das causas subjacentes, ao abrigo de um contrato válido, caso esse tipo de análise apenas possa ser realizado pelo produtor ou por terceiros agindo por conta deste.

3 - Para a demonstração de que os produtos transferidos constituem EEE usados e não REEE, os detentores devem cumprir com os requisitos das seguintes etapas no ensaio e na manutenção dos registos dos EEE usados:

- a)* Etapa 1: Ensaio
 - i)* A funcionalidade deve ser testada e a presença de substâncias perigosas deve ser objeto de avaliação. Os ensaios a realizar são em função do tipo de EEE. Para a maioria dos EEE usados é suficiente o ensaio das funções essenciais;



Ministério d.....



Decreto n.º

ii) Os resultados das avaliações e dos ensaios devem ser registados;

b) Etapa 2: Registo

i) O registo deve ser fixado de forma segura mas não permanente no próprio EEE (caso não esteja embalado) ou na embalagem, de modo a poder ser lido sem desembalar o equipamento.

ii) O registo deve conter as seguintes informações:

aa) Nome do produto (nome do equipamento, se previsto no Anexo I ou II, e categoria, como indicada nas alíneas a e b) do n.º 1 do artigo 2.º;

bb) Número de identificação do produto (n.º do tipo), se aplicável;

cc) Ano de produção (se disponível);

dd) Nome e endereço da empresa responsável pelo comprovativo de funcionalidade;

ee) Resultado dos ensaios, tal como indicado na Etapa 1 (incluindo a data do teste de funcionalidade);

ff) Tipo de ensaios realizados.

4 - Para além da documentação exigida nos números 1, 2 e 3, cada carga (por exemplo, contentor ou camião utilizado na transferência) de EEE usados deve ser acompanhada do seguinte:

a) Documento de transporte pertinente, de acordo com a Convenção relativa ao Contrato de Transporte Internacional de Mercadorias por Estrada (CMR) ou carta de porte;

b) Declaração da pessoa responsável atestando a sua responsabilidade.



Ministério d.....



Decreto n.º

5 - Na ausência de provas de que um objeto constitui EEE usado e não REEE através da documentação adequada exigida nos números 1, 2, 3 e 4 e na falta de proteção adequada contra eventuais danos durante o transporte, a carga ou a descarga, nomeadamente através de embalagens adequadas e de um empilhamento apropriado da carga, que são obrigações do detentor que organiza o transporte, as entidades de fiscalização devem considerar que os produtos são REEE e presumir que a carga constitui uma transferência ilegal. Nestas circunstâncias, a carga deve ser tratada de acordo com os artigos 24.º e 25.º do Regulamento (CE) n.º 1013/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho, relativo a transferências de resíduos.

{2FCE4A28-DE5B-43D6-9D18-715F3D83C733}



Ministério d.....



Decreto n.º

ANEXO VII

Símbolo para marcação dos equipamentos elétricos e eletrónicos, a que se refere a alínea e)
do n.º2 do artigo 29.º

O símbolo que indica a recolha seletiva de EEE é constituído por um contentor de lixo barrado com uma cruz, conforme indicado *infra*. O símbolo deve ser impresso de forma visível, legível e indelével.



{2FCE4A28-DE5B-43D6-3}

715F3D83C1331



Ministério d.....



Decreto n.º

ANEXO VIII

Informações para o registo a que se refere o artigo 31.º

A - Informações a apresentar pelo produtor no ato do registo:

- 1 - Nome, endereço e contactos do produtor ou do seu representante autorizado (nome de rua e número, código postal, localidade e país, números de telefone e de fax, endereço de e-mail), bem como a indicação da pessoa de contacto. Tratando-se de um representante autorizado, também os contactos do produtor representado.
- 2 - Código de identificação nacional, incluindo o número de identificação fiscal europeu ou nacional.
- 3 - Categoria do EEE, como indicada nos Anexos I ou III, consoante o caso.
- 4 - Tipo de EEE (destinado a utilizadores particulares ou a utilizadores não particulares)
- 5 - Denominação comercial do EEE (marca).
- 6 - Sistema de gestão: individual ou coletivo, incluindo informações sobre garantia financeira quando aplicável
- 7 - Técnica de venda utilizada (por exemplo, venda à distância).
- 8 - Declaração de que as informações prestadas são verdadeiras.

B - Informações a apresentar nos relatórios:

- 1 - Código de identificação nacional do produtor.
- 2 - Período a que se refere o relatório.
- 3 - Categoria do EEE como indicada nos Anexos I ou III, consoante o caso.
- 4 - Quantidade, em unidades e em peso, de EEE colocado no mercado nacional, por categoria.



Ministério d.....



Decreto n.º

5 - Quantidade, em peso, de resíduos de EEE recolhidos seletivamente, reciclados (incluindo preparados para reutilização), valorizados e eliminados no território nacional, bem como transferidos para dentro ou fora da União Europeia, por categoria.

{2FCE4A28-DE5B-43D6-9D18-115F3D83C133}



Ministério d.....



Decreto n.º

ANEXO IX

Modelo de mandato

[*Identificação do Produtor – nome e número de identificação fiscal europeu ou nacional*]

[*Endereço do produtor*]

País de origem

Nomeia [*Identificação do representante autorizado - nome e número de identificação fiscal nacional*]

[*Endereço do representante autorizado*]

Portugal

como seu representante autorizado em Portugal, nos termos da Diretiva 2012/19/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Julho de 2012, relativa aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE).

O presente mandato abrange as seguintes categorias de EEE: _____

O [*Representante autorizado*] compromete-se, enquanto representante autorizado do [*Produtor*] em Portugal, a representá-lo nos termos constantes no Decreto-Lei n.º __/__, de ____, sendo legalmente responsável por assegurar o cumprimento das obrigações do [*Produtor*] previstas nos [referir números e artigos respetivos] do referido decreto-lei.

Não obstante o disposto no presente mandato, o [*Produtor*] só fica desonerado das responsabilidades ora delegadas no [*Representante autorizado*] desde que se verifique o efetivo cumprimento do mandato pelo delegatário.

O presente mandato, assinado por ambas as partes, produz efeito [*data*] e termina a sua vigência assim que uma das partes informar a entidade responsável pela gestão do *Centro de Coordenação e Registo* que o mesmo foi rescindido.

[*Data*]



Ministério d.....



Decreto n.º

[Assinatura Produtor]

[Assinatura do Representante Autorizado]

{2FCE4A28-DE5B-43D6-9D18-115F3D83C133}